

1 **Transcrição da Ata da 97ª Reunião Ordinária**  
2 **do Conselho Estadual de Meio Ambiente,**  
3 **realizada no dia 07 de Março de 2017, presidida**  
4 **pelo Sr. Antônio Carlos Bonetti - Presidente, e**  
5 **Secretariada pelo Sr. João Batista Campos -**  
6 **Secretário Executivo.**

7 O Sr. Secretário Executivo:- Boa tarde, senhores Conselheiros, Conselheiras e  
8 convidados. Solicitamos que tomem assento para darmos início à nonagésima sétima  
9 reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

10 Para a abertura, passamos a palavra ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e  
11 Recursos Hídricos e Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Antônio  
12 Carlos Bonetti.

13 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Obrigado, João.  
14 Quero iniciar saudando todos os Conselheiros, todos os observadores, todas as pessoas  
15 presentes, dizer que é um prazer imenso presidir esta reunião, a primeira reunião de  
16 2017, a nonagésima sétima reunião do CEMA. Dizer do reconhecimento da importância  
17 deste Conselho, do reconhecimento da qualidade da composição deste Conselho e que  
18 estaremos hoje fazendo uma renovação e, com certeza, teremos pessoas novas dando  
19 sequência a esta qualidade que eu acabo de me referir.

20 E eu gostaria muito brevemente de dizer, porque entre outras questões que serão  
21 tratadas, nós temos aqui a presença do José Luiz Bolicencha do IAP que fará uma  
22 exposição e também do Antônio Berno da Prefeitura Municipal de Pinhais, apenas  
23 passar uma informação, já no ano passado, isso faz parte um pouco da minha vida como  
24 ex-Prefeito, etc., de procurar sempre o máximo a descentralização, porque eu entendo  
25 que nós temos aqui em Curitiba, inclusive me referi especificamente a SEMA e as  
26 vinculadas, é um número de pessoas com um conhecimento muito grande, eu inclusive  
27 citei isso pela manhã numa reunião, durante sete ou oito meses que estou ocupando o  
28 cargo de Secretário, não passam de vinte prefeituras que me procuraram, através de  
29 deputados, o prefeito acompanhando, os Secretários Municipais de Agricultura e Meio  
30 Ambiente, cargos mais vinculados, mais ligados à nossa área e que isso demonstra a  
31 necessidade de levar as informações lá onde eles estão, onde os gestores municipais  
32 estão.

33 Então, pensando assim, já estamos com o formato do primeiro seminário  
34 praticamente pronto. Nós faremos no dia 27 do mês de abril, mês que vem, vamos  
35 começar pela minha região porque a gente pretende fazer o melhor seminário, mas se

36 acontecer algum problema vai ser na nossa terra para que possamos melhorar os demais.  
37 Por enquanto estão sendo traçados sete seminários regionais, vamos fazer através de  
38 palestra com foco principal nos prefeitos. Uma sensibilização sobre a importância da  
39 área ambiental para que eles apoiem seus Secretários Municipais de Agricultura e Meio  
40 Ambiente, que na grande maioria nas prefeituras pequenas a mesma pessoa ocupa esses  
41 dois cargos, um cargo que as duas áreas estão inseridas. Faremos palestras pela manhã e  
42 à tarde em torno de sete a nove oficinas, especificamente será uma capacitação desses  
43 gestores municipais. Vamos dar preferência aos senhores prefeitos e secretários, de  
44 preferência aos funcionários servidores do quadro próprio para que as informações  
45 levadas sejam aproveitadas com uma longevidade maior, já que os servidores são do  
46 quadro próprio e logicamente na troca dos gestores não sofrem tantas trocas.

47 E apenas citar que na semana passada em Foz do Iguaçu, num trabalho que  
48 fizemos juntamente com o Ministério Público de Meio Ambiente, e aqui apenas quero  
49 citar porque não está ainda oficializado, mas muito bem adiantado, nós estaremos  
50 possivelmente dentro de trinta dias, no máximo dois meses, assinando e lançando no  
51 Paraná o PNC - Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores  
52 Ambientais. Não é novidade, mas queremos, se Deus quiser, fazer com que isso  
53 aconteça na prática. Faremos parcerias com universidades para que tenhamos estrutura e  
54 também faremos, através de dois dias presenciais, oitenta horas IAD, para que façamos  
55 exatamente, dentro da mesma linha que citei, o primeiro seminário de Francisco Beltrão  
56 sobre descentralização.

57 Apenas citar algo que eu julgo importante em função da importância da presença  
58 dos senhores aqui, passar esta informação. Mais uma vez é um prazer recebê-los,  
59 presidir esta reunião e devolvo a palavra para o nosso Secretário Executivo, João, para  
60 que dê sequência na execução da nossa pauta. Obrigado.

61 O Sr. Secretário Executivo:- Passaremos à apresentação e posse dos novos  
62 Conselheiros para o período de 2017/2018. Vou nominar todos os Conselheiros Natos -  
63 os Secretários e Diretor-Presidente de instituições ambientalistas que estão aqui  
64 presentes, para que todos conheçam os Conselheiros do Conselho Estadual do Meio  
65 Ambiente.

66 Então, como Secretário de Estado de Recursos Hídricos e Meio Ambiente e  
67 Presidente do Conselho, Antônio Carlos Bonetti; Secretaria de Estado de Saúde,  
68 Michele Caputo Neto e Cleide Aparecida Bonetti; Secretaria de Estado de Agricultura e  
69 do Abastecimento, Norberto Anacleto Ortigara e José Tarcísio Fialho; Secretaria de  
70 Estado do Desenvolvimento Urbano, Carlos Alberto Massa Júnior e Wilson Bley

71 Lipinski; Secretaria de Estado de Cultura, João Luiz Fiani e Sérgio Marcos Griger;  
72 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes e  
73 Ermínia Regina Marinho; Secretaria de Estado de Educação, Ana Seres Trento Comin e  
74 Fabiana Cristina Campos e também, como suplente, Inês Carnieletto; Secretaria de  
75 Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Cyllêneo Pessoa Pereira Júnior e José  
76 Carlos Alberto Espinosa Aliaga; Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, Douglas  
77 Fabrício e Evandro Pinheiro; Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos  
78 Humanos, Artagão de Mattos Leão Júnior e Cícero Aparecido Teixeira; Chefe da Casa  
79 Civil, Valdir Rossoni e Mariana Dallo; Instituto Ambiental do Paraná, Luiz Tarcísio  
80 Mossato Pinto e Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki; Instituto das Águas do Paraná,  
81 Iram Rezende e suplente Wlanete Cassiano de Barros Mercado; Instituto de Terras,  
82 Cartografia e Geociências, Amilcar Cavalcanti Cabral e Gislene Lessa; Companhia de  
83 Habitação do Paraná - Cohapar, Abelardo Luiz Lupion Neto e Agenor de Paula Filho;  
84 Procuradoria Geral do Estado, Paulo Sérgio Rosso e Rodolfo Faiçal Couto; Instituto  
85 Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Iparde, Júlio Takeshi Suzuki  
86 Júnior e Daniel Nojima; Entidades não governamentais, titulares: GERAR - Geração de  
87 Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional, Francisco Reinord Essert e  
88 Elisete Trevisnki; Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais, Adriano Wild e Paulo  
89 Aparecido Pizzi; SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação  
90 Ambiental, Clóvis Ricardo Borges e Felipe do Vale; IPEVS - Instituto de Pesquisa em  
91 Vida Selvagem e Meio Ambiente, Rafael Haddad Manfio e Renata Alfredo; Entidades  
92 não governamentais - Suplentes: CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e Educação  
93 Ambiental, Laura Jesus de Moura e Costa e suplente Patrícia Gimenes Ramos; APPAM  
94 - Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Rio Iguaçu e  
95 Serra do Mar, Mário Bastos da Silva e Irineu Nogueira; Fundação Vida para Todos -  
96 ABAI, Juliano Bueno de Araújo e Gilberto Pereira da Silva; INPRA - Instituto  
97 Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes, Silvia  
98 Regina Viruel da Silva e Eslaine Faria de Araújo; Instituições Universitárias Públicas e  
99 Privadas de Ensino Superior do Estado do Paraná, titulares: UEL - Universidade  
100 Estadual de Londrina, Professor Doutor José Marcelo Domingues Torezan e suplentes  
101 Professor Doutor Fernando Fernandes e Professor Efraim Rodrigues; Das Universidade  
102 Públicas, suplente: UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Carlos Luciano  
103 Santana Vargas; Das Universidades Privadas: PUCPR - Pontifícia Universidade Católica  
104 do Paraná, Carlos Mello Garcias e suplente Rafael Cristian de Oliveira; FIEP -  
105 Federação das Indústrias do Estado do Paraná, titular: Irineu Roveda Júnior e Mauricy

106 Kawano; FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná, Carla Becker e José  
107 Luiz Rodrigues Biscaia; Assembleia Legislativa do Paraná, Pedro Lupion e Cristina  
108 Silvestri; Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal, titular: Carlos José  
109 Mendes e suplente Airton Augusto Lopper; FETAEP - Federação dos Trabalhadores na  
110 Agricultura do Paraná, Alexandre Leal dos Santos e Marcos Júnior Brambilla; FETRAF  
111 Sul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, estamos  
112 aguardando a indicação do nome; Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da  
113 Agricultura e Meio Ambiente, Temístocles Santos Vital e Margueth Hauer; SEMAM -  
114 Associação dos Municípios do Paraná, Josiane Saquele Coque e suplente Marlise Teresa  
115 Eggers Jorge; SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Campo Largo,  
116 Eduardo Cogo Fernandes; Conselho Regional de Biologia - CRBio, Jorge Augusto  
117 Callado Afonso e Paulo Aparecido Pizzi; CREA/Pr- Conselho Regional de Engenharia,  
118 Arquitetura e Agronomia, Helder Rafael Nocko e Edilene Pires da Silva; CRMV-PR -  
119 Conselho Regional de Medicina Veterinária, Carlos Eduardo Belz e Marcelo Faria  
120 Cardoso; OAB-PR - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, José Gustavo de  
121 Oliveira Franco e Fabiano Augusto Piazza Baracat.

122 São esses os membros componentes, com alguns nomes para chegar, Secretário.

123 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Mais uma vez, agora  
124 feita a leitura, as nossas boas-vindas aos novos Conselheiros. Agora com o Conselho  
125 recomposto é um Conselho, ouvindo o nome das pessoas a quem representam,  
126 realmente é um Conselho muito importante pelos seus representantes.

127 Então, neste momento declaramo-los empossados e que tenham um bom  
128 trabalho a partir de hoje nesta função nobre como membros do Conselho Estadual do  
129 Meio Ambiente. Obrigado a todos. Parabéns! (Palmas).

130 Agora, abrimos as inscrições para a Tribuna Livre. Peço que os interessados  
131 citem o nome e a quem representa, por favor, para que a gente anote. Obrigado.

132 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Quero inscrever duas pessoas,  
133 a primeira é a Maude Nancy e o segundo Henrique.

134 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vital (SindiSeab):- Inscrevo-me.

135 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. Presidente, como se trata da  
136 primeira reunião do ano e com essas várias inscrições, quinze minutos é  
137 humanamente impossível. Então, queria sugerir passarmos para trinta  
138 minutos para que cada um possa ter dois ou três minutos para fazer sua  
139 apresentação.

140 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Trinta minutos no  
141 total?

142 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Trinta minutos no total para  
143 não fugir muito do regulamento.

144 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Perfeito. Muito bem  
145 lembrado porque são várias pessoas que se inscreveram e é importante, nós precisamos  
146 coordenar aqui o tempo. Muito obrigado.

147 No item dois discussão e aprovação da Ata na nonagésima sexta reunião  
148 ordinária. A Ata foi repassada aos Conselheiros, mas mesmo assim nós  
149 solicitamos se há alguma dúvida e na sequência nós colocaremos em  
150 aprovação. Por favor.

151 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Eu recebi a Ata praticamente  
152 dois meses depois da reunião de setembro, uma extraoficial, e esta oficial distribuída  
153 junto com a convocação.

154 Eu tenho uma sugestão de inovação, embora já tenha falado  
155 sobre isso, ao final da Ata que se faça nas linhas subsequentes os  
156 encaminhamentos, para não perdermos o que ficou pendente e o que  
157 precisa ser esclarecido na próxima reunião. Um exemplo, nesta Ata da  
158 nonagésima sexta reunião fala sobre, por exemplo, um comentário que deveria  
159 ser um item de pauta da reunião de hoje: Apresentação pelo IAP do  
160 Plano e Captação do Fundo Estadual de Meio Ambiente. Este era um assunto para a  
161 pauta de hoje. Também foi mencionada uma apresentação,  
162 com uma ou duas pessoas, sobre a questão do *fracking* e na época estava  
163 em discussão na Assembleia Legislativa. Então, também deveria entrar na pauta  
164 hoje esta discussão, dando espaço para que uma ou duas pessoas  
165 pudessem falar sobre este assunto. Também foi dada a notícia de que  
166 foi assinado um acordo com o Batalhão Ambiental. Então, já se passaram  
167 quase seis meses, a gente gostaria de ouvir do Secretário o que foi  
168 feito, se efetivamente este convênio foi assinado e o que já prosperou  
169 neste aspecto da atuação.

170 Outra questão, sobre a resolução da reunião anterior, sobre a questão  
171 de atropelamento de animais. Na Ata não consta uma finalização ou uma  
172 aprovação geral desta resolução. Então, eu, particularmente, fiquei na  
173 dúvida, porque eu li praticamente todas as indicações feitas, os  
174 comentários dos Conselheiros, e não teve um fecho. Faltou este fecho que vou ler aqui,

175 na linha mil, quinhentos e oitenta e dois, diz: “O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko  
176 (Crea/PR):- Nós deixamos alguns ‘porém’ no meio com relação a questão do IAP  
177 determinar a metodologia. Então, não sei se vale alguma coisa, a resolução está em  
178 vigor, mas não é ainda executável antes de ter a definição de metodologia pelo IAP.  
179 Então, não sei se vale alguma colocação neste sentido ou não. Se juridicamente isso tem  
180 alguma implicação ou não.” E aí, na linha mil, quinhentos e oitenta e oito a Fernanda,  
181 apresentadora na ocasião, diz: “Acho que juridicamente não.” E aí, passa para a linha  
182 seguinte, diz o Presidente: “Vamos passar para o item seguinte.”

183 Então, senti falta de um fecho, se foi aprovada ou não esta resolução. Como se  
184 passou quase seis meses, isso não ficou claro se foi aprovada esta resolução ou voltou  
185 para a Câmara Técnica. Eu não sei. Eram estes os comentários que faço a respeito da  
186 Ata. E, repriso, a sugestão de no final da Ata colocar os encaminhamentos, o que ficou  
187 pendente para ser discutido na próxima reunião. Muito obrigado.

188 O Sr. Secretário Executivo:- Esclarecendo algumas questões que você  
189 levantou. Primeiro a ideia é bastante interessante dos encaminhamentos, fazer uma  
190 súmula da Ata, dos encaminhamentos principalmente. É uma ideia interessante que deve  
191 ser assumida por nós, inclusive estamos com o pessoal que redige a Ata e peço que  
192 anote para fazermos, na composição da Ata, esse suprassumo dos encaminhamentos.

193 Com relação aos assuntos que foram colocados na pauta, esta primeira  
194 reunião que nós temos do ano é uma reunião de posse e estruturante. O  
195 que é uma reunião estruturante? Na hora de fazer a composição das  
196 Câmaras Temáticas, vocês vão entender, a maioria já entende, o  
197 Conselho não funciona sem ter as Câmaras Temáticas em plena atividade.  
198 Dentro das Câmaras Temáticas são discutidas e deliberadas as grandes  
199 decisões, resoluções e encaminhamentos e tudo o mais.

200 Então, na primeira reunião a gente estrutura o Conselho para que a partir daí  
201 funcione no seu sentido mais prático, que dá à sua formação prática.  
202 Por isso, trazer muitos assuntos na Ordem do Dia poderia prejudicar o  
203 andamento da situação. Mas esses assuntos não estão descartados e, se  
204 for consenso dos Conselheiros, podem voltar na próxima reunião e  
205 separarmos vários tópicos, vários itens para debatermos assunto por  
206 assunto com relação a isso.

207 Em relação à Resolução Atropelamento, vou pedir para o pessoal que faz a Ata  
208 dar uma checada nas gravações, mas foi aprovada sim e inclusive depois  
209 de aprovada tivemos uma salva de palmas. Mas vamos puxar a gravação

210 para checarmos e reinserir na Ata esta questão porque é importante.  
211 Eram essas as informações, Sr. Secretário.

212 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Sobre a questão do  
213 convênio com o Batalhão da Polícia Ambiental, eu peço que a Ana Cecília, se  
214 necessário, me ajude em alguma informação, mas o convênio foi assinado sim ano  
215 passado. Nós admitimos com um atraso bem relevante, mas em função de um  
216 questionamento judicial, em função de uma ADIN, ano passado não foi possível  
217 destinar recurso para a execução do convênio. Isso já foi  
218 resolvido ano passado, mas este ano concretamente o recurso será liberado nos  
219 próximos dias. O nosso Diretor Geral esteve junto com o financeiro do IAP, há uma  
220 semana aproximadamente, na Fazenda, isso foi resolvido e nós estamos iniciando o  
221 repasse das parcelas anuais para totalizar em torno de oito milhões de reais. A primeira  
222 parcela para este ano é de um milhão e novecentos mil, e estamos dentro do  
223 cronograma, na fase de treinamento policial e faltava a conclusão da Cartilha de  
224 Fiscalização. A Ana Cecília pode nos confirmar se está pronta ou ficará pronta esta  
225 semana?

226 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Ultimando.

227 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ultimando, está  
228 praticamente pronta. E automaticamente segue o cronograma, no meu entendimento,  
229 sem maiores dificuldades a partir de agora.

230 Sobre o *fracking*, inclusive a Ana Cecília pode nos ajudar, lembrar que no final  
231 do ano passado a Assembleia aprovou uma lei que foi sancionada proibindo o *fracking*  
232 por dez anos no Estado. Então este assunto, em função da Lei 18.497, está proibido o  
233 *fracking* por dez anos no Estado. Quanto a isso é uma informação pontual, se alguém  
234 tiver alguma informação além disso, mas acho que resolve no intuito de responder a sua  
235 indagação. De minha parte, eu anotei os questionamentos, era isso.

236 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. Secretário, está certo. Na  
237 Casa Legislativa foi aprovada esta lei, mas o assunto é de interesse dos Conselheiros,  
238 porque estão acontecendo certas movimentações através da ANP no Estado do Paraná e  
239 que nós Conselheiros precisamos saber em que pé isso está. Mas queria deixar isso para  
240 a Tribuna Livre porque o assunto será tratado lá.

241 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Nós temos  
242 informações também sobre isso, mas é oportuno, é importante. Com a palavra, Helder.

243 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- O Adriano lembrou de um  
244 item que é sobre o Fundo de Meio Ambiente do Estado que ficou pendente.

245 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Eu acho, Secretário, que se  
246 pudéssemos fazer esta explanação sobre o fundo e a aplicação, logo após a reunião do  
247 Conselho de Administração que vai tratar das metas para este ano, acho que seria até  
248 mais enriquecedor para o Conselho. Até a situação que a Procuradoria teve que intervir,  
249 porque os recursos foram congelados pela Secretaria de Fazenda e até os novos planos  
250 de aplicação. Seria melhor e traria mais informações aos Conselheiros.

251 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Eu acho  
252 interessante, porque nós teremos uma reunião do Conselho em, no máximo, quinze dias  
253 e automaticamente este assunto será abordado. Comprometemo-nos em trazer  
254 informações pontuais a partir desta reunião.

255 No Conselho, segundo o Tarcísio que conversou com o Diretor Financeiro do  
256 IAP, deverá acontecer nos próximos quinze dias. Ele me disse isso faz um ou dois dias,  
257 então acredito que mais trinta dias teremos condições de trazer informações necessárias  
258 para este Conselho. Ok? Obrigado.

259 Se não temos mais nenhum questionamento, coloco em votação a Ata. (Pausa).  
260 APROVADA a Ata por unanimidade. Muito obrigado.

261 Passo ao Secretário João Batista para que dê sequência na Ordem do Dia.

262 O Sr. Secretário Executivo:- Como eu falei esta é uma reunião estruturante, ou  
263 seja, aqui nós vamos discutir e compor as Câmaras Temáticas do Conselho. Vou fazer  
264 uma rápida apresentação para os Conselheiros que não tiveram a oportunidade de  
265 participar de reuniões que apresentamos esta situação do Conselho, como funciona o  
266 Conselho Estadual do Meio Ambiente, e localizarmos a sequência, a ordem, a  
267 importância da composição das Câmaras Temáticas do Conselho Estadual do Meio  
268 Ambiente.

269 Então, rapidamente falando que o Conselho foi criado no ano de 1984 como  
270 nome de Conselho de Defesa do Meio Ambiente - CEDA, vinculado à Secretaria de  
271 Estado do Desenvolvimento Urbano. Depois foi definido o seu caráter, caráter  
272 colegiado, consultivo, normativo e deliberativo. Então, o Conselho tem essas três  
273 prerrogativas de trabalho.

274 É subordinado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e é  
275 integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Qual a competência do  
276 Conselho? Se vocês notarem a competência de criação dos decretos, leis e posteriores  
277 reformulações que teve a legislação a respeito do Conselho, tem a competência de  
278 formular da Política Estadual do Meio Ambiente, propondo e estabelecendo diretrizes e  
279 medidas necessárias à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente; participa na



280 formulação de planos e programas governamentais, visando assegurar a prevenção e  
281 controle da poluição e da degradação ambientais, o uso e gestão sustentada do solo e  
282 dos recursos naturais; e participação na elaboração, junto aos Poderes Públicos, de atos  
283 legislativos e regulamentares concernentes ao meio ambiente e aos recursos naturais.

284 Então, é uma pauta, é uma competência bastante abrangente e que denota a  
285 importância de vocês na construção dessas Políticas Estadual do Meio ambiente.

286 A composição do Conselho é formada por Secretários de Estado, Procurador  
287 Geral do Estado, Diretores-Presidentes de Órgãos Ambientais como o ITCG e vários  
288 outros órgãos correlatos, representantes de entidades ambientalistas, representantes das  
289 instituições de ensino superior, representantes das categorias patronais e de  
290 trabalhadores, representantes dos Municípios, representantes de Entidades de Classe  
291 como o CREA, CRBio, OAB, CRMV, ALEP, SindiSeab e as comunidades indígenas.

292 Resumidamente: são dezoito representantes do Governo Estadual e dezoito  
293 representantes não governamentais, e um representante do Governo Municipal que  
294 funciona como uma transição do estadual para o não governamental. Temos quatro  
295 Câmaras Temáticas dentro do Conselho, sendo três na esfera técnica e uma de assuntos  
296 jurídicos.

297 Então, a Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental é  
298 responsável por estabelecer padrões de proteção à biodiversidade, padrões de proteção  
299 ao patrimônio genético, padrões de proteção ao patrimônio paisagístico, padrões de  
300 proteção ao patrimônio espeleológico, criação e implementação de áreas protegidas  
301 públicas ou particulares, gestão integrada de corredores ecológicos e dos ambientes  
302 costeiro e marinho, áreas de proteção permanente, Sistema Estadual de Unidades de  
303 Conservação, Sistema Estadual de Proteção à Fauna Nativa - SISFAUNA, diretrizes  
304 para elaboração e implementação das políticas e programas estaduais de educação  
305 ambiental.

306 A Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente está relacionada com  
307 zoneamento ecológico econômico, programas de incentivo ambiental, padrões de  
308 proteção e controle dos recursos florestais, padrões de proteção e controle dos recursos  
309 agropecuários e extrativistas, padrões de proteção e controle dos recursos minerários,  
310 padrões de proteção e controle dos recursos pesqueiros, padrões de proteção e controle  
311 dos recursos energéticos, padrões para o controle e gestão da implantação de obras e  
312 atividades de infraestrutura e transportes.

313 A Câmara Temática de Qualidade Ambiental estabelece padrões para a qualidade  
314 das águas, do ar e do solo, tratamento de esgotos sanitários e de coleta e disposição de

315 lixo, normas e padrões para resíduos de produção e pós-consumo, métodos e processos  
316 industriais, passivos ambientais, saneamento básico e saúde pública, normas e critérios  
317 para o licenciamento ambiental de atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

318 E a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos tem a atribuição de examinar a  
319 constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa de propostas, compatibilizar as  
320 resoluções com as alterações legislativas nacionais e estaduais e com os tratados  
321 internacionais, assessorar os trabalhos desenvolvidos pelas demais Câmaras Temáticas e  
322 pela Plenária, sugerir alterações legislativas.

323 Então, o Conselho é formado pela Plenária, pela Câmara Temática de Assuntos  
324 Jurídicos, pela Câmara Temática no sentido técnico e grupos de trabalho. Como  
325 funciona o Conselho? Qualquer atividade, qualquer provocação do cidadão ou de  
326 alguma situação, através de algum relatório, documento, ofício, etc., o Secretário  
327 Executivo recebe esta proposição, analisa a pertinência, se tem competência e atribuição  
328 do Conselho Estadual do Meio Ambiente e submete a um processo que vai desde a  
329 elaboração, a formação de um grupo de trabalho, esta é uma proposta bastante técnica,  
330 reúnem-se técnicos, especialistas, pesquisadores, algum tema que seja pertinente e  
331 elabora uma proposta de resolução.

332 Então, o papel deste grupo de trabalho é desenvolver a proposta no sentido de  
333 iniciar o processo, se for o caso, de elaboração de uma resolução, uma recomendação ou  
334 uma moção.

335 A partir do momento que o grupo de trabalho constrói esta proposição, esta  
336 proposta é analisada com relação ao mérito em seu todo. Então, a primeira deliberação é  
337 dentro da Câmara Temática que faz todo o processo de deliberação. A partir daí toma  
338 corpo e é encaminhada para ser avaliada para a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos.  
339 A Câmara Temática de Assuntos Jurídicos aprecia a legalidade e a constitucionalidade  
340 desta proposta, promovendo modificações eventuais e algum ajuste no sentido jurídico,  
341 mas não entra no mérito técnico da proposição. Após ser aprovada na Câmara Temática  
342 de Assuntos Jurídicos esta proposta segue à Plenária que faz a deliberação de aprovação,  
343 de modificação ou reencaminhamento. E a decisão do Conselho se dá em quatro  
344 situações: resolução, proposição, recomendação e moção.

345 Então, hoje aqui, a partir desta situação, Secretário, nós vamos fazer a  
346 composição dessas quatro Câmaras Temáticas com a participação de todos. Vamos dar  
347 alguns esclarecimentos de como funciona. São constituídas por oito Conselheiros  
348 definidos hoje por vocês com direito a voz e voto, e por oito suplentes. Os conselheiros  
349 serão quatro membros natos, um representante das entidades não governamentais

350 ambientalistas, um representante das entidades dos trabalhadores ou das entidades dos  
351 segmentos produtivos patronais, um representante das instituições de ensino superior ou  
352 das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e um representante das entidades de  
353 representação de classes profissionais.

354 Cada entidade ou órgão representado somente poderá participar,  
355 simultaneamente, de até duas Câmaras Temáticas, além da Câmara Temática de  
356 Assuntos Jurídicos, respeitado o princípio de que cada segmento deverá estar  
357 representado em todas elas.

358 Então, é isso. Não sei se resta alguma dúvida com relação à composição das  
359 Câmaras Temáticas e na sequência iremos iniciar o processo de inscrição para a  
360 participação nas Câmaras Temáticas.

361 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Assim como foi  
362 solicitado um equilíbrio em relação ao tempo da Tribuna Livre, aqui também é um  
363 exercício que poderá gastar um tempo expressivo. Então, peço a colaboração de todos  
364 para que a gente consiga conciliar qualidade e rapidez. Obrigado.

365 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Sr. Secretário, eu só  
366 gostaria de pedir com relação às Câmaras Temáticas, porque entendo que a criação delas  
367 foi para agilizar todo o processo do CEMA. A gente não pode discutir tudo no âmbito  
368 do Conselho, porque nossas reuniões acontecem a cada dois ou três meses, então  
369 precisamos ter uma frequência maior das reuniões das Câmaras Temáticas para que as  
370 Câmaras sejam efetivas, trabalhem ao máximo e tragam assuntos para serem debatidos e  
371 deliberados aqui no CEMA. No ano anterior não tivemos muita frequência nessas  
372 reuniões, o que prejudicou o andamento de algumas delas e o andamento de algumas  
373 coisas importantes. Então, é importante termos isso em mente que precisamos ter essa  
374 maior frequência nas reuniões das Câmaras Temáticas.

375 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- É uma importante  
376 observação e transfiro para o João para que façamos realmente o mais rápido possível  
377 para que atenda essa preocupação, que é bem válida.

378 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Apenas gostaria de dar como  
379 exemplo a Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental do  
380 mandato anterior. O coordenador da Câmara Temática estabeleceu um calendário que  
381 foi seguido em pleno êxito. Não conseguimos cumprir tudo, mas fica a sugestão de,  
382 logo no início, o coordenador já estipular um calendário.

383 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Ana Cecília.

384 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Secretário, gostaria de fazer a  
385 inscrição.

386 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- A partir de agora  
387 estão abertas as inscrições e o João fará a coordenação. E já passamos a palavra à Ana  
388 Cecília Nowacki.

389 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- O IAP solicita a participação na  
390 Câmara Técnica de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental e de Qualidade  
391 Ambiental, além da Jurídica. Seriam essas três.

392 O Sr. Conselheiro Carlos José Mendes (APRE):- Solicitamos a inclusão na  
393 Câmara Jurídica e na Câmara de Economia e Meio Ambiente.

394 O Sr. Conselheiro Jorge Augusto Callado Afonso (CRBio):- Câmara Temática de  
395 Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental.

396 O Sr. Conselheiro Paulo Meira (SEAB):- Inclusão na Câmara Temática de  
397 Economia e Meio Ambiente.

398 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Solicito inclusão na  
399 Câmara Temática de Qualidade Ambiental.

400 A Sra. Conselheira Carla Becker (FAEP):- Câmara Temática Biodiversidade,  
401 Biomas e Educação Ambiental.

402 O Sr. Conselheiro Carlos Mello Garcias (PUC/PR):- Câmara Temática de  
403 Economia e Qualidade Ambiental.

404 O Sr. Conselheiro Agenor de Paula (Cohapar):- Câmara Temática de Economia e  
405 Qualidade Ambiental.

406 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vital (SindiSeab):- Câmara Temática de  
407 Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental e Câmara Temática de Economia de  
408 Meio Ambiente.

409 O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- Câmara Temática de  
410 Economia e Meio Ambiente.

411 O Sr. Conselheiro Mauricy Kawano (FIEP):- Solicito uma vaga na Câmara  
412 Temática de Qualidade Ambiental.

413 O Sr. Conselheiro José Gustavo Franco (OAB):- Solicitamos Câmara Temática  
414 de Assuntos Jurídicos e também Economia e Meio Ambiente.

415 A Sra. Conselheira Ermínia Marin (SETI):- Câmara Temática de Biodiversidade,  
416 Biomas e Educação Ambiental.

417 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Mater Natura em  
418 Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental, a GERAR em Economia e Meio  
419 Ambiente, CEDEA em Qualidade Ambiental e a ABAI em Assuntos Jurídicos.

420 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- João, cada  
421 entidade tem direito a uma vaga de titular e uma de suplente, então cada entidade pode  
422 escolher dois grupos?

423 O Sr. Secretário Executivo:- Esclarecendo, as ONGs Ambientalistas inscrevem a  
424 instituição. A Instituição Mater Natura vai indicar um titular e um suplente.

425 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Por exemplo, na  
426 Economia e Meio Ambiente o CEDEA participou ano passado, então entraria o GERAR  
427 como titular e o CEDEA como suplente. Na qualidade Ambiental, ano passado nós não  
428 participamos, este ano nós entraríamos como titular e cada entidade indica o seu  
429 suplente também.

430 O Sr. Secretário Executivo:- Nós entendemos que a entidade que se inscreveu  
431 indique o membro titular e o suplente. Nada contrário se alguém, através da indicação  
432 da própria instituição, indicar outra pessoa.

433 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Nas ONGs  
434 Ambientais todos nós deveríamos estar, na avaliação das ONGs!

435 O Sr. Secretário Executivo:- Vocês deveriam discutir entre vocês e chegar à  
436 composição que vocês acha adequada. Quando não estiver o titular. o suplente substitui,  
437 não é isso? Então, é assim que funciona com relação à representação aqui no Plenário e  
438 em tudo.

439 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Na Câmara de  
440 ONGs Ambientais, então o CEDEA também participa, porque não é só uma entidade,  
441 são quatro ou cinco entidades ou as oito.

442 O Sr. Secretário Executivo:- São quatro entidades titulares e quatro entidades  
443 suplentes no Plenário.

444 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Eu sei. Não tem a  
445 Câmara Temática que avalia o cadastro das ONGs? Quantas entidades entram nesta  
446 Câmara Temática?

447 O Sr. Secretário Executivo:- Esse é um outro assunto. Esse é o Cadastro Estadual  
448 de Entidade Não Governamental composta por todas as entidades registradas no  
449 Conselho.

450 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Mas ali você  
451 colocou Mater Natura, GERAR e... ah, desculpe, eu vi na transversal e é na horizontal.  
452 Está certo.

453 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Posso seguir,  
454 Laura? Obrigado.

455 O Sr. Conselheiro Alexandre Leal dos Santos (FETAEP):- Câmara Temática de  
456 Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental.

457 A Sra. Conselheira Gislene Lessa (ITCG):- Economia e Meio Ambiente.

458 O Sr. Secretário Executivo:- Só para esclarecer que não tem problema se  
459 inscrever, por exemplo, na Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental temos três  
460 entidades inscritas como Trabalhadores, que são FAEP, SindiSeab e a Fetaep. Depois  
461 vocês terão que decidir, porque só pode um aqui. Só para esclarecer, vão se inscrevendo  
462 e no final faremos um ajuste.

463 A Sra. Conselheira Mariana Dallo (Casa Civil):- Assuntos Jurídicos.

464 O Sr. Conselheiro Iram Rezende (Águas Paraná):- Câmara Temática de  
465 Qualidade Ambiental.

466 O Sr. Conselheiro Daniel Nojima (Ipardes):- Câmara Temática de Economia e  
467 Meio Ambiente.

468 O Sr. Conselheiro José Carlos Aliaga (SEPL):- O nosso interesse é em participar  
469 na Câmara de Economia e Meio Ambiente.

470 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Mais alguém?

471 O Sr. Conselheiro Rodolfo Faiçal Couto (PGE):- Assuntos Jurídicos.

472 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Mais alguma  
473 solicitação? (Pausa). João, você conseguiu suprir todos os espaços?

474 O Sr. Secretário Executivo:- Nós temos vaga aberta em Biodiversidade, Biomas  
475 e Educação Ambiental para os membros natos e para a instituição de ensino superior e  
476 Secretaria de Meio Ambiente dos Municípios. Na Economia e Meio Ambiente ainda  
477 temos um espaço aberto entre as instituições de ensino superior e Secretaria de Meio  
478 Ambiente e temos um duplo interesse com relação a Economia de Meio Ambiente do  
479 Ipardes e Secretaria de Planejamento.

480 Na Câmara Temática de Qualidade Ambiental temos espaços para os membros  
481 natos e Assuntos Jurídicos, que é uma importante Câmara Temática, segmentos  
482 trabalhadores ou patronais e instituição de ensino superior ou a SEMAM. A Secretaria  
483 Municipal de Meio Ambiente ano passado participava desta Câmara Temática.

484 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vital (SindiSeab):- Eu estou com uma  
485 dúvida, você enquadrou o SindiSeab em entidades patronais. Não seria mais  
486 conveniente entidades de classe, porque nós não somos patronais. Teria mais a ver com  
487 entidades de classe do que trabalhadores, tenho dúvida de que este enquadramento não  
488 seja o mais correto.

489 O Sr. Secretário Executivo:- As entidades de representação de classe são aquelas  
490 legalmente estabelecidas pela legislação, que são o CRBio, CRMV, CREA e a OAB e o  
491 SindiSeab é o Sindicato de Trabalhadores da Agricultura e Meio Ambiente.

492 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vital (SindiSeab):- Mas não acho correto  
493 patronal, acho que seria mais correto entidade de classe. É minha opinião.

494 A Sra. Conselheira Laura Jesus Moura e Costa (CEDEA):- O sindicato entra  
495 como entidade de trabalhadores. O nome que está ali mesclado junto, mas uma coisa é a  
496 vaga do SindiSeab que é permanente. Isso já está garantido, não vai mudar isso aí. É  
497 entidade de trabalhadores. O segmento é de trabalhadores e tem o setor produtivo  
498 patronal que é outro segmento.

499 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- A Laura fez uma  
500 observação, precisamos tirar esta dúvida.

501 O Sr. Secretário Executivo:- Não existe dúvida colocada no sentido da norma.  
502 Os conselhos de representação de classe são CRBio, OAB, CRMV e CREA que são  
503 participantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

504 As entidades de trabalhadores, aí entram trabalhadores e segmento de produção  
505 patronal, o SindiSeab está enquadrado neste item aí.

506 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ninguém mais tem  
507 dúvida? A senhora, por favor.

508 A Sra. Conselheira Marlise Jade (SEMAM):- Nós duas estamos representando a  
509 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e a pergunta é: quando a gente coloca o nome  
510 na SEMAM, podemos trazer para participar da Câmara Técnica pessoas que não sejam  
511 nós duas? Por exemplo, na área jurídica trazer uma Procuradora do Município. Isso é  
512 possível?

513 O Sr. Secretário Executivo:- Sim. Para participar da Câmara Temática de  
514 Assuntos Jurídicos tem que ser advogado, mas vocês também podem se inscrever na  
515 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Aí vocês indicam uma procuradora, como  
516 aconteceu na gestão passada que era uma Procuradora de vocês que fazia parte da  
517 Câmara Temática de Assuntos Jurídicos.

518 A Sra. Conselheira Marlise Jade (SEMAM):- Ok. Então, você pode acrescentar,  
519 por gentileza, a SEMAM nos Assuntos Jurídicos. O nome, posteriormente, vamos  
520 indicar.

521 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado.  
522 Consulto o João se agora concluímos?

523 O Sr. Secretário Executivo:- Não. Na entidade de trabalhadores, no segmento  
524 patronal, temos que ter uma indicação e na Biodiversidade, Biomas e Educação  
525 Ambiental temos três, Faep, SindiSeab e Fetaep. Então, vocês têm que achar um meio  
526 termo para participação nesta Câmara Temática. E temos abertas ainda, na Câmara  
527 Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental, duas vagas para membros  
528 natos. Faltou a SEMA, Secretário!

529 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Um detalhe.

530 A Sra. Conselheira Carla Becker (FAEP):- Gostaríamos de solicitar uma vaga na  
531 Câmara Temática de Assuntos Jurídicos.

532 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (ABAI):- Uma pergunta, Sr.  
533 Secretário, o representante dos indígenas, como classe que deve estar aqui representada,  
534 não vejo nenhum índio presente, não vejo nenhuma representação indígena. Vejo isso  
535 como um problema sério para o Conselho haja vista a debilidade de segmentos.

536 Então, peço aos senhores a compreensão de que, considerando que não há esta  
537 representação e que o Conselho e esta Secretaria não cuidaram adequadamente no  
538 sentido da representação indígena estar aqui presente, até por que por ser uma categoria  
539 numa condição de dificuldade de mobilidade é de nosso dever garantir a presença deles  
540 nesta Plenária. Por conseguinte, solicitamos as representações naquilo que tange as  
541 preocupações de segmento sejam garantidas e os representantes indígenas sejam  
542 contemplados dentro das Câmaras Técnicas, por que senão começamos este Conselho  
543 de forma torta ou, no mínimo, de forma não termos todos os representantes aqui  
544 presentes. Muito obrigado.

545 O Sr. Secretário Executivo:- Esclarecendo, esta Secretaria teve sim a  
546 preocupação, teve o esforço em trazer as representações das comunidades indígenas.  
547 Elas estão legalmente estabelecidas no decreto de composição do Conselho e foram  
548 várias vezes contatados. São duas representações indígenas, foram oficiadas, contatadas,  
549 mas até hoje não recebemos indicações de representantes indígenas. Mas têm sim  
550 assento garantido no Conselho Estadual do Meio Ambiente, apenas não indicaram o  
551 representante para participar das reuniões.



552 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Certo?  
553 Explicado?

554 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (ABAI):- Está explicado, mas a  
555 preocupação permanece. Se eles foram indicados e não deram retorno, o cuidado nosso,  
556 enquanto Conselho, é de garantir a presença deles. Se os representantes ou lideranças  
557 não foram contatadas, existem no Estado do Paraná, no mínimo, três organizações  
558 indígenas que representam todas as etnias presentes no Estado. Tenho a absoluta  
559 certeza, conversei agora há pouco pelo WhatsApp com o Presidente de uma dessas  
560 organizações, o qual literalmente não sabe, é de desconhecimento esta reunião ou até  
561 mesmo a indicação desses representantes.

562 Então, a gente pede ao Sr. Presidente o cuidado, um novo reencaminhamento e  
563 dependendo da situação, Sr. Presidente, a criação de um grupo com múltiplos  
564 representantes para garantirmos que os indígenas se façam presentes aqui neste  
565 Conselho. Obrigado.

566 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Nós  
567 agradecemos e concordamos. Faremos este esforço, com certeza. Obrigado.

568 O Sr. Secretário Executivo:- Até gostaria da contribuição do colega para nos  
569 ajudar nesta localização da representação institucional dos índios para que façamos este  
570 convite. Agradeço a observação.

571 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado. A  
572 Ana Cecília falou inclusive de uma vaga no turismo, você poderia questionar para que  
573 ele possa se manifestar?

574 O Sr. Conselheiro Tobias (SEET):- Seria no grupo da Biodiversidade.

575 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado.

576 O Sr. Conselheiro Carlos José Aliaga (PUC/PR):- Só consultando, na  
577 Economia e Meio Ambiente está faltando uma representação da instituição de  
578 ensino. Eu gostaria de colocar a PUC, visto que meu suplente é da área  
579 de economia e vem bem representar esta Câmara.

580 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado. A  
581 senhora, por favor.

582 A Sra. Conselheira (não se identificou) (SEED):- Seria na área da Educação, mas  
583 as vagas já foram preenchidas.

584 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vital (SindiSeab):- Como a Fetaep só está  
585 em uma Câmara, eu abro mão para que eles possam participar da Câmara Temática de  
586 Economia.

587 O Sr. Secretário Executivo:- A Fetaep está inscrita, mas temos três inscritos na  
588 Câmara de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental. Você está retirando.

589 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vital (SindiSeab):- Vamos ficar em pelo  
590 menos uma.

591 O Sr. Secretário Executivo:- Então, a SindiSeab retira a participação na Câmara  
592 Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental em favor da Fetaep. Temos  
593 a Faep e Fetaep inscritas nesta Câmara Temática.

594 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Como sugestão, quando colocamos a  
595 Fetaep nesta Câmara Temática e a Faep, são dois segmentos, duas entidades de classe  
596 que representam um público. A Fetaep hoje representa a agricultura familiar e a Faep a  
597 agricultura patronal. Por mim não haveria problema de, de repente, as duas entidades  
598 estarem participando. Agora, teria que ver se politicamente pelo Conselho pode.

599 O Sr. Secretário Executivo:- Infelizmente não. Tem que ser nominalmente o  
600 representante institucional. A Faep está inscrita em Assuntos Jurídicos e na  
601 Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental, e a Fetaep na Biodiversidade, Biomas e  
602 Educação Ambiental. E tem ainda em Economia e Meio Ambiente o SindiSeab e a  
603 Associação Paranaense das Empresas de Base Florestal para resolver esta questão, e na  
604 Qualidade Ambiental a Secretaria de Meio Ambiente e PUC, Professor Mellos.

605 O Sr. Conselheiro Carlos Mello Garcias (PUC/PR):- Na anterior aconteceu a  
606 mesma coisa, o Renato Lima representando, ele era Secretário de Meio Ambiente, nós  
607 cedemos para a Secretaria. Então, acho que ficaria bom se agora ficasse a PUC.

608 O Sr. Secretário Executivo:- Eu não entendi o finalmente. Consulto a Secretaria  
609 Municipal de Meio Ambiente sobre esta questão que o Professor Mello Garcias colocou.

610 A Sra. Conselheira (não se identificou):- Abrimos mão em face de que foi cedido  
611 da vez passada. O trabalho que nós representamos é fantástico assim como o da PUC  
612 também, mas a qualquer momento estamos à disposição para contribuir de qualquer  
613 forma que for necessário. Então, fica a nossa retirada documentada da Qualidade  
614 Ambiental.

615 O Sr. Secretário Executivo:- Ok.

616 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- E nós agradecemos  
617 o gesto diplomático. Obrigado.

618 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Secretário, tendo em vista que  
619 um dos assuntos principais a ser discutido pela Câmara Temática de Qualidade  
620 ambiental é a revisão da resolução do Conselho sobre as atividades que passam os  
621 municípios no licenciamento, a 88, acho que tiramos um compromisso, não sabemos

622 ainda quem vai coordenar esta Câmara Temática, mas sempre que for discutir este tema  
623 se convoque a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para esta discussão.

624 Acredito que o nosso representante será o Bolicenha, então a gente já tira esse  
625 compromisso. Ok? Acho que elas não ouviram, mas vão saber que terão de participar.

626 Vou relembrar, como um dos assuntos principais a ser discutido na Câmara  
627 Temática de Qualidade é a revisão da resolução sobre as atividades que passam os  
628 municípios, sempre que esses assuntos forem discutidos vocês serão convidadas a  
629 participar da reunião. O nosso representante deve ser o Bolicenha, ele já está assumindo  
630 este compromisso de sempre convidar vocês. Ok? Obrigada.

631 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado.  
632 Podemos concluir esta etapa?

633 O Sr. Secretário Executivo:- Não, Secretário. Ainda temos duplicidade aqui na  
634 Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental com relação a entidades de  
635 trabalhadores, está lá no quadro, e na Economia de Meio Ambiente, bem como o  
636 Conselho Regional de Medicina Veterinária e a OAB estão querendo participar nessas  
637 duas Câmaras Temáticas.

638 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vital (SindiSeab):- Só um esclarecimento,  
639 o suplente da Câmara Temática é da mesma entidade que assume? Não pode ser de  
640 outra entidade para ver se tem uma composição, senão muita gente vai ficar de fora.  
641 Acho que seria uma solução para que todas as entidades pudessem participar. É uma  
642 sugestão para o Conselho analisar.

643 O Sr. Secretário Executivo:- É que a representação nas Câmaras Temáticas é  
644 institucional, que indica nominalmente o titular e o suplente.

645 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok? Então, voltando  
646 para a indagação do João, há duplicidade.

647 O Sr. Secretário Executivo:- Sim, a Faep e Fetaep na Biodiversidade, Biomas e  
648 Educação Ambiental e Economia e Meio Ambiente SindiSeab e APRE.

649 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Por favor, Carla.

650 A Sra. Conselheira Carla Becker (Faep):- Combinamos com o Alexandre que  
651 fica a Fetaep como titular e nós vamos colaborar com ele. Ok?

652 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado.

653 O Sr. Secretário Executivo:- A Carla está retirando. Obrigado.

654 O Sr. Conselheiro Carlos José Mendes (APRE):- Secretário, na composição das  
655 Câmaras na gestão passada a APRE abriu mão da Câmara de Economia e Meio  
656 Ambiente para outra entidade. Então, nós queremos reiterar o nosso interesse em

657 participar haja vista que a atividade do setor florestal está calcada na Economia e Meio  
658 Ambiente. Então, gostaríamos de reiterar a nossa intenção em participar aqui. Com  
659 quem temos que negociar?

660 O Sr. Secretário Executivo:- Com o SindiSeab. E temos também na Economia e  
661 Meio Ambiente o CRMV e a OAB. A OAB está participando de Assuntos Jurídicos e  
662 quer participar também da Economia e Meio Ambiente juntamente com o CRMV.

663 A Sra. Conselheira Margueth Hauer (SindiSeab):- A proposta seria na mesma  
664 linha da Faep e da Fetaep. Uma entidade é a titular, mas ela indica o suplente da outra  
665 entidade.

666 O Sr. Secretário Executivo:- A representação é institucional, Margueth.

667 A Sra. Conselheira Margueth Hauer (SindiSeab):- Sim, e o suplente deverá  
668 integrar a Mesa da instituição ou do seu representante indicado.

669 O Sr. Secretário Executivo:- Mas da mesma instituição.

670 A Sra. Conselheira Margueth Hauer (SindiSeab):- Então...

671 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Negociaram?

672 O Sr. Conselheiro Alexandre Leal dos Santos (Fetaep):- A questão da Câmara de  
673 Biodiversidade, fica com a Fetaep a vaga titular e a suplência, aí se  
674 resolve.

675 O Sr. Secretário Executivo:- A Faep abriu mão generosamente da indicação e a  
676 Fetaep fica participante da Câmara Temática.

677 A Sra. Conselheira Carla Becker (Faep):- João, nós conversamos,  
678 abrimos mão, porque nós temos uma boa interação e vamos conversar  
679 sempre sobre esses assuntos e também porque a Fetaep não participou  
680 da Câmara Temática no ano anterior.

681 O Sr. Secretário Executivo:- Perfeito Carla, obrigado.

682 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- João, e agora?

683 O Sr. Secretário Executivo:- Temos duas situações pendentes ainda, na Câmara  
684 Temática de Economia e Meio Ambiente. Está lá no quadro, SindiSeab e APRE e OAB  
685 e CRMV.

686 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vital (SindiSeab):- Então, vamos ter que  
687 decidir no voto.

688 O Sr. Secretário Executivo:- Se não houver concordância, vamos ter que ter um  
689 processo de deliberação.

690 A Sra. Conselheira Laura de Jesus Moura e Costa (CEDEA):- Eu estou vendo no  
691 quadro que a APRE já participa de Assuntos Jurídicos e o SindiSeab está na Câmara

692 Temática de Economia e Meio Ambiente e já abriu mão da Biodiversidade, eu também  
693 sou da base do SindiSeab e gostaria de garantir a vaga para o SindiSeab na Câmara  
694 Temática de Economia e Meio Ambiente.

695 O Sr. Secretário Executivo:- Laura, você falou aí e vi que errei aqui. Peço  
696 desculpas ao Plenário. Eu coloquei a APRE lá em membros natos e ali não é o lugar  
697 dela. Houve uma falha, um erro e a APRE vai entrar com a Faep,  
698 disputando esse lugar, e em Assuntos Jurídicos tem uma vaga para membros natos. Foi  
699 uma falha técnica da Secretaria.

700 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- A SEMA está  
701 entrando em Assuntos Jurídicos. Agora, João, qual sua resposta?

702 O Sr. Secretário Executivo:- Temos três situações para resolver, três  
703 divergências. Podíamos dar um recesso de cinco minutos para eles conversarem, caso  
704 não consigam, voltaremos e colocaremos em deliberação.

705 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Cinco minutos,  
706 aí retornarmos e, se não houver um consenso, vamos para votação.

707

708 (Recesso para consenso na composição das Câmaras Temáticas).

709

710 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Senhoras e senhores,  
711 vamos retornar aos lugares. Pessoal, o João vai informar que já temos dois  
712 encaminhamentos de acordo.

713 O Sr. Secretário Executivo:- Primeiramente, com relação à participação da OAB  
714 na Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente, a OAB gentilmente abriu mão da  
715 participação da Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente em favor do Conselho  
716 Regional de Medicina Veterinária. O Carlos Belz quer fazer um comentário.

717 O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- Nós discutimos aqui com a  
718 OAB, na verdade o Conselho Regional de Medicina Veterinária já participou desta  
719 Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente nas três gestões passadas, e nós temos  
720 um trabalho que está em andamento. Na gestão passada montamos um grupo de  
721 trabalho para discutir a questão das Coleções Biológicas no Estado do Paraná e neste  
722 GT fizemos uma parceria com a Câmara Temática de Biodiversidade, Biomassas e  
723 Educação Ambiental que está participando junto conosco da elaboração desta proposta.  
724 Então, isso que eu comentei com o colega da OAB, mas nada impede de trabalharmos  
725 junto e fazermos parcerias dentro de proposta das Câmaras Temáticas. E aí, neste

726 sentido, concordarmos do CRMV ficar na Economia e Meio Ambiente e a OAB ficar  
727 em Assuntos Jurídicos.

728 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado.

729 O Sr. Secretário Executivo:- Temos outro encaminhamento com relação à  
730 Câmara Temática de Assuntos Jurídicos, onde estão pleiteando lugar a FAEP e a APRE.  
731 Temos alguma informação? O Carlos queria falar.

732 O Sr. Conselheiro Carlos José Mendes (APRE):- A APRE abriu mão desta  
733 indicação, ficando a FAEP.

734 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Também muito  
735 obrigado. E acho que tem mais um caso pontual.

736 O Sr. Secretário Executivo:- Tem. Na Câmara Temática de Economia e Meio  
737 Ambiente tem uma dupla intenção em participar, isso denota a grande participação o  
738 que agradecemos realmente neste processo de contribuição para a construção das  
739 Câmaras Temáticas, que faz funcionar o Conselho. Então, na Câmara Temática de  
740 Economia e Meio Ambiente temos o SindiSeab e a APRE. Consulto aos dois se  
741 chegaram a algum consenso ou se teremos de deliberar pela plenária.

742 O Sr. Conselheiro Carlos José Mendes (APRE):- A APRE mantém o seu  
743 interesse em participar da Câmara.

744 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vidal (SindiSeab):- Pela plenária sim.

745 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Vocês têm interesse  
746 em usar um minuto para defender cada um a sua posição e colocaremos em votação na  
747 sequência. (Pausa). Não havendo interesse dos Conselheiros, passo a palavra ao Helder.

748 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Só gostaria de saber se  
749 algumas delas já participou de alguma dessas Câmaras?

750 O Sr. Conselheiro Carlos José Mendes (APRE):- Como falamos no momento da  
751 indicação, na gestão anterior a APRE abriu mão para outra entidade participar desta  
752 Câmara de Economia. Então, nós não participamos na gestão anterior e antes disso a  
753 APRE também não tinha participado.

754 O Sr. Secretário Executivo:- Pelo quadro a APRE participou de Assuntos  
755 Jurídicos na gestão passada e o SindiSeab não participou de nenhuma Câmara Temática  
756 na gestão 2015/2016.

757 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Então, vamos  
758 para a votação. É isso?

759 João, então peço que proponha exatamente o que nós vamos votar, para que  
760 ninguém confunda.

761 O Sr. Secretário Executivo:- Então, nós temos uma vaga para as Entidades de  
762 Trabalhadores do Segmento de Produção Patronal para a Câmara Temática de Economia  
763 e Meio Ambiente. Estão inscritas duas instituições interessadas: SindiSeab e Associação  
764 Paranaense de Empresa de Base Florestal - APRE. O procedimento de votação é  
765 simples, colocamos o nome e votamos.

766 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Quem for a favor da  
767 APRE se manifeste, a gente conta. Quem for a favor do SindiSeab se manifeste, a gente  
768 conta. É isso.

769 O Sr. Secretário Executivo:- Somente os Conselheiros.

770 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Podemos, então,  
771 colocar em votação? Então, quem for a favor da permanência da APRE, por favor, erga  
772 o braço. (Pausa). Nove Conselheiros. Quem for a favor do SindiSeab, erga o braço.  
773 (Pausa). Doze Conselheiros. (Palmas).

774 O Sr. Secretário Executivo:- Com isso, então, o SindiSeab ocupa a representação  
775 na Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente. E assim encerramos esta etapa.  
776 Muito obrigado. Foi o tempo necessário com qualidade, mas foi bem democrático.  
777 Parabéns a todos! Tivemos apenas um caso que necessitou de votação, foi democrático  
778 também. Parabéns a todos!

779 João, podemos dar sequência? (Pausa). Então, agora, gostaríamos de convidar o  
780 José Luiz Bolicenha, do IAP, para que ele fale sobre o panorama atual dos municípios  
781 aprovados para licenciamento ambiental de atividades de impacto local, a Resolução  
782 CEMA 088/2013. Por favor.

783 O Sr. Secretário Executivo:- Só uma rápida introdução, Secretário. Esta  
784 resolução foi estabelecida em 2013 e consta que precisa ser revista temporariamente.  
785 Então, houve uma manifestação do Mauricy Kawano, bem como algumas situações que  
786 estão sendo sentidas pela Secretaria Executiva, várias propostas de alteração na lista de  
787 atividades, algumas alterações principalmente no rol daquelas atividades que são  
788 licenciadas pelos municípios, então, em vista disso, iniciamos um processo de olhar  
789 para trás, como foi o processo de descentralização neste período e pegar uma  
790 experiência que temos com relação a algumas atividades licenciadas, que os municípios  
791 estão licenciando foram positivas. E, a partir disso, iniciar um processo de discussão  
792 sobre esta questão de descentralização de licenciamento ambiental municipal.

793 Então, era essa a rápida introdução e com a palavra José Luiz  
794 Bolicenha, engenheiro do IAP, fará a apresentação.

795 O Sr. José Luiz Bolicencha (IAP):- Boa tarde a todos. Sou o engenheiro José Luiz  
796 Bolicencha, estou lotado no gabinete da Presidência do IAP e agora, a partir de fevereiro,  
797 o Presidente me convidou ou me intimou a coordenar o processo de descentralização do  
798 licenciamento e fiscalização ambiental aos municípios.

799 Eu não vou discutir a resolução, mas quero enfatizar a situação da  
800 descentralização. Lembrando que a descentralização começou com a Lei Federal  
801 Complementar 140 de 2011, que estabelece as normas para a cooperação entre a União,  
802 os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do  
803 exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens de proteção do  
804 meio ambiente.

805 Baseada na Lei Complementar foi estabelecida a Resolução CEMA 088, de  
806 agosto de 2013, que estabelece critérios, procedimentos e tipologias para o  
807 licenciamento ambiental municipal de atividade, obras e empreendimentos que causem  
808 ou possam causar impacto de âmbito local e determina outras providências.

809 A partir de junho de 2014, o Conselho Estadual do Meio Ambiente iniciou a  
810 habilitação para o licenciamento e fiscalização. De acordo com a resolução, hoje nós  
811 temos vinte e nove municípios habilitados pelo CEMA, pelo Conselho Estadual do  
812 Meio Ambiente, para a descentralização de licenciamento e fiscalização ambiental.

813 Temos os municípios de Araucária, Paranavaí, Fazenda Rio Grande, Pinhalão,  
814 Campo Largo, Clevelândia, Pinhais, Paranaguá, Piraquara, Jaguariaíva, Quatro Barras,  
815 Ipiranga, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Cascavel, Guaratuba, Castro, Foz do  
816 Iguaçu, Diamante do Sul, Londrina, Guarapuava, Araongas e Maringá.

817 E também, de acordo com a Lei Complementar 140 e com a Resolução CEMA,  
818 existe a possibilidade de consórcio. Hoje no Estado temos seis municípios que estão  
819 descentralizados através do Consórcio Intermunicipal para a conservação dos  
820 remanescentes do Rio Paraná, que são os municípios de Terra Roxa, São Jorge do  
821 Patrocínio, Icaraíma, Guaíra, Altônia e Alto Paraíso. Então, basicamente esses são os  
822 municípios que estão aptos.

823 Quando fui incumbido para a coordenação da descentralização dos municípios  
824 pelo IAP, até falei para o nosso Presidente: “Não adianta começarmos a visitarmos  
825 municípios sem sabermos o que está acontecendo nesses vinte e nove municípios!”  
826 Hoje nós temos três tipos de municípios: 1) Municípios onde a atividade de  
827 licenciamento ambiental está correndo plenamente, com todo o êxito, sem problema  
828 nenhum; 2) Temos municípios que estão patinando, estão tendo dificuldades na questão



829 de sistema, de treinamento; 3) E municípios que infelizmente ainda não iniciaram, estão  
830 parados.

831 O que eu pude observar, com a troca da gestão política em 2017, a mudança de  
832 prefeitos, e tem prefeitos que dizem: “Isso foi o prefeito anterior que fez, eu não quero!”  
833 E nós estamos trabalhando que isso não é uma política, é uma questão de se cumprir a  
834 lei, porque o município está habilitado, independente se o prefeito é de partido ‘a’, ‘b’  
835 ou ‘c’ o município está habilitado para fazer a descentralização. Nessa andança tenho  
836 visto isso.

837 Então, Secretário, praticamente é isso, esse é o apanhado geral de como está a  
838 situação hoje. Temos visitado novos municípios com interesse em levar à frente a  
839 questão da descentralização, estamos visitando periodicamente esses municípios que  
840 estão realizando, os que estão engatinhando, estão até mostrando as dificuldades para  
841 que possamos aprimorar e avançarmos em outros municípios. Muito obrigado.

842 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado,  
843 Bolicenha. Antes de passar a palavra para o Antônio Berno, nos seminários que vamos  
844 promover de descentralização, a intenção é que uma das oficinas tenha um foco muito  
845 importante neste sentido, com a preocupação de descentralizar, desde que com  
846 qualidade absoluta. Para que a gente tenha convicção que vamos descentralizar porque é  
847 necessário, porque é legal, mas que realmente tenha qualidade.

848 Se nos permite, vamos ouvir a exposição de uma prefeitura, que é um caso de  
849 sucesso, é rápido e aí abrimos para as perguntas. Ok. Então, com a palavra Antônio  
850 Berno, da Prefeitura de Pinhais.

851 O Sr. Antônio Fortunato Berno:- Boa tarde. Obrigado a todos. Meu nome é  
852 Antônio Fortunato Berno, sou, por formação, biólogo e bacharel em Direito, trabalhei  
853 no IAP desde 2003 com pessoas maravilhosas, como o João Batista, o Bolicenha,  
854 aprendi a fiscalizar na área de fiscalização ambiental com o Professor Érico, que não  
855 está mais aqui com a gente, com a Dra. Maude. Então, tive professores maravilhosos lá.

856 Tive a grata satisfação de ser convidado, na época em 2012, pelo prefeito de  
857 Pinhais que estava retornando à Secretaria de Meio Ambiente, ao status de Secretaria, lá  
858 era um departamento, e a intenção dele era realmente se enquadrar dentro daquilo que a  
859 Lei Complementar 140 exigia.

860 Fomos para lá, montamos um quadro de técnicos, então hoje temos engenheiro  
861 florestal, dois biólogos, sendo que uma delas PhD em araucária angustifolia, Dra.  
862 Juliana Zanetti, temos dois engenheiros ambientais. Hoje só me falta um geólogo dentro  
863 da estrutura da Secretaria, o resto tudo a gente tem. E ainda, de vez em quando, consulto

864 meu antigo professor de faculdade, ali o Dr. José Gustavo, sobre algumas coisas que a  
865 gente acaba tendo dúvida. Obrigado, doutor.

866 Então, o que deu certo para nós e é o que talvez seja aquilo que esteja faltando  
867 para algumas cidades deslançarem, como falou o Bolicenha, é a questão do sistema  
868 operacional.

869 Esse aqui, gente, é o programa que nós compramos, porque lá no artigo 3º da  
870 Resolução 88 diz: “O IAP disponibilizará o sistema que as prefeituras deverão usar.”  
871 Até hoje, é uma crítica que eu faço, esse sistema não existe. Então, é o que emperra um  
872 pouco o funcionamento da descentralização.

873 Nós compramos esse sistema, na época o prefeito abraçou a causa, quis fazer,  
874 era uma campanha dele, ele quis fazer, então a gente comprou e este sistema hoje atende  
875 todas as reivindicações que a lei federal impõe. Ou seja, publicidade. Se entrarmos ali  
876 no ‘faça sua consulta’ teremos transparência e publicidade. Aí temos ali 'documentos  
877 emitidos'. Qualquer pessoa hoje aqui nesta sala se quiser saber o teor de uma licença  
878 prévia, de uma licença de instalação, de uma licença de operação, de uma autorização  
879 ambiental pode entrar ali e vai ver e cópia do documento. Então, mais transparente que  
880 isso, o Ministério Público, a OAB, qualquer pessoa poderá entrar e olhar o que está  
881 sendo feito.

882 Se vocês tiverem curiosidade e quiserem se cadastrar, vocês entram ali no  
883 cadastro, que é aquela primeira tela que abriu e vocês vão gratuitamente entrar no  
884 sistema e vão poder navegar, simular licenciamentos. Tudo o que vocês quiserem saber.  
885 Então, tivemos que fazer toda a legislação, todas as instruções normativas, enfim, todos  
886 os termos de referência, tudo está em legislação. A hora que você faz o cadastro, você  
887 consegue abrir onde está a legislação.

888 Essa é a experiência que tivemos dentro do município de Pinhais, que pontuou  
889 como uma colaboração e à vontade de que isso pudesse acontecer. Sem a vontade, sem  
890 o prefeito querer fazer, posso garantir que não teria saído. Não adianta ter uma equipe  
891 maravilhosa se não tiver quem apoie.

892 Era isso, gente. Qualquer pergunta estamos às ordens. (Palmas).

893 Secretário, esqueci de falar de Curitiba. O município de Curitiba faz o  
894 licenciamento mas não está habilitado pela Resolução 088. O que nós temos com o  
895 município de Curitiba é um termo de cooperação, quando delegamos, através da SEMA,  
896 do IAP, municípios e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, quando é delegado a  
897 atividade de licenciamento ao município. Mas esse termo tem validade. Acho que está

898 para vencer, se não estiver vencendo, está próximo a vencer. E queremos ver se na  
899 próxima enquadrados de acordo com a Resolução. Muito obrigado.

900 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado.  
901 Algumas pessoas solicitaram para fazer pergunta, é isso? Então, pela ordem, vou tentar  
902 manter a ordem da solicitação. Com a palavra, Adriano.

903 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Nesta Resolução 88 diz que o  
904 IAP tem que dar ciência ao Conselho Estadual de Meio Ambiente dos processos de  
905 licenciamento. Tem a pergunta para o João Batista, eu acompanhei os onze primeiros  
906 dossiês, eu queria saber se continuam tendo os documentos em seu poder.

907 O Sr. Secretário Executivo:- Sim, de todos os que foram reconhecidos como  
908 aptos. Os processos não estão na Secretaria Executiva do Conselho, porque a pedido da  
909 Promotoria Pública, do Ministério Público, solicitou os processos para fazer uma  
910 análise, mas logo que retornar estará disponível na Secretaria Executiva do Conselho  
911 para consulta.

912 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Carlos, por favor.

913 O Sr. Conselheiro Carlos Mello Garcias (PUC/PR):- Na realidade quero  
914 fazer duas colocações, vou fazer do último ao primeiro apresentador, depois eu volto aí.  
915 Vocês instituíram na prefeitura de Pinhais um sistema de transparência em todos os  
916 setores e vocês têm praticamente toda a prefeitura funcionando de forma digital,  
917 correto? Não é simplesmente pegar este sistema que você apresentou e colocar em  
918 algum lugar, no servidor e passa a funcionar. Em Pinhais funciona e funcionou, porque  
919 vocês têm esse mérito. Vocês organizaram a prefeitura e ela é uma prefeitura regida por  
920 um modelo de transparência e pelo sistema informatizado. Praticamente toda a  
921 prefeitura hoje tem um sistema de comunicação *on line*, correto?

922 Parabéns! Aí sim funciona e o ideal era que todas as cidades tivessem  
923 essa magnitude ou este capricho em colocar o seu funcionamento à disposição da  
924 cidade.

925 Com relação ao primeiro, foi dito que algumas prefeituras estão, por mudança de  
926 prefeito ou mudança de gestor, digamos assim, tentando colocar isso como um  
927 agravante no sentido de não querer continuar tendo o credenciamento. Acho que elas  
928 têm que providenciar um processo, que não está previsto na 088, o  
929 descredenciamento. Não está lá, porque nós não colocamos isso. Não me lembro de  
930 termos colocado isso na lei. Então, aí se cria um problema que deve ser registrado aqui e  
931 com urgência, porque uma vez que tem o credenciamento, ela tem a competência e a  
932 responsabilidade. Não é porque eu quero, lembrem-se que já discutimos isso. Era uma

933 discussão para trezentos e noventa e nove municípios e a gente achava que o IAP não ia  
934 ter gente suficiente para atender a demanda dos trezentos e noventa e nove municípios.  
935 Onze foi um sacrifício e hoje já chegamos a vinte e nove, para chegar aos trezentos e  
936 noventa e nove haja sufoco.

937 Então, para os incompetentes que não têm respeito com a sociedade e nem com  
938 o Meio Ambiente tem que se responsabilizar. É este o registro que quero fazer.

939 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Concordo plenamente, acho que uma  
940 questões na reavaliação da Resolução 088, pode ser levado em consideração este  
941 aspecto.

942 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Com a palavra os  
943 Conselheiro Clóvis, depois o Helder, o Juliano, o Kawano e a Laura.

944 O Sr. Conselheiro Clóvis Borges (SPVS):- Acho que é bem oportuna a  
945 apresentação do Bolicenha e do representante de Pinhais. Primeiro fazer menção ao um  
946 programa do Ministério Público Estadual chamado 'Mata Atlântica em Pé' que está  
947 investigando licenciamentos com suspeita de ilicitudes aqui no Estado do Paraná. E isso  
948 é uma chamada de atenção para a responsabilidade que os municípios passam a ter em  
949 relação a licitude e da retidão em relação ao processo de licenciamento, porque é uma  
950 coisa preocupante porque o município sofre muito mais pressão política que o Governo  
951 Estadual e o Governo Federal em uma primeira instância.

952 Então, notadamente este processo é um processo delicado e que também não  
953 pode oportunamente, acho que o assunto permite aqui se tocar no assunto, já houve  
954 promessas do atual governador reiteradas vezes de contratação de pessoal para o  
955 Instituto Ambiental do Paraná e para todo o Sistema SEMA e isso não aconteceu até  
956 agora.

957 Então, que esse movimento de municipalização não signifique uma desculpa  
958 para o compromisso assumido que o IAP retorne a ter um número mínimo de  
959 funcionários para fazer jus às suas responsabilidades, que não menores mesmo com a  
960 municipalização. Então, não há uma condição hoje aceitável de gestão, a representante  
961 do IAP não está mais aqui, mas acho que o Bolicenha assume a levar o recado para a  
962 direção do IAP, que não tem hoje um contingente suficiente, além de ter sofrido e estar  
963 sofrendo inúmeras pressões setoriais, especialmente nesses últimos sete anos.

964 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Na sequência,  
965 Conselheiro Helder.

966 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Queria corroborar com a  
967 colocação do Professor Carlos Garcias, acho que é importante prevermos o mecanismo

968 de como foram habilitados os municípios de desabilitá-los novamente por não darem  
969 seguimento ao que solicitaram, que foi ter o credenciamento para terem o licenciamento  
970 ambiental.

971 Concordo muito fortemente com o Clóvis, eu já venho muitas vezes falando  
972 dessa situação do IAP em que a gente vem aprovando novas normas, colocando  
973 responsabilidades ao IAP e a gente não tem mais ninguém quase no IAP para fazer  
974 nenhum tipo de tarefa mais. Então, é uma questão importante e que bom que mais gente  
975 está levantando isso aqui dentro, acho importante a gente levantar mais e mais e tornar  
976 essa questão mais importante, termos mais vozes falando sobre esse assunto.

977 Com relação à apresentação do Bolicinha, uma coisa que a gente tem que dar  
978 uma olhada é a seguinte: a Resolução CEMA já previa a necessidade desses municípios  
979 para serem habilitados terem, por exemplo, um sistema ambiental já em funcionamento,  
980 terem também um órgão ambiental já capacitado, servidores de quadro próprio ou  
981 contratados. Já se exigia diversas questões. Eu acho que devemos rever talvez a  
982 habilitação desses municípios que estão problemas ou que não tinham todos os critérios  
983 necessários para essa habilitação. Eu acho extremamente positiva a descentralização do  
984 licenciamento, acho necessária a descentralização, mas acho que tem que ser feita com  
985 critério. Acho que devemos ter cuidado para que não se torne político. Esse critério está  
986 bem técnico e estabelecida na Resolução CEMA 088.

987 Então, talvez o Conselho passar a ser um pouco mais cuidadoso nesse critério de  
988 habilitação dos municípios que fazem a solicitação ao CEMA. Essa é a minha  
989 colocação.

990 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Obrigado, Helder.  
991 Por favor.

992 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Eu gostaria de corroborar com  
993 as palavras do CREA e adicionar que na Resolução não obriga os municípios adotarem  
994 o licenciamento. Cada vez mais se incentiva que os municípios tenham a sua autonomia  
995 para utilizar a Lei Federal 140, mas não necessariamente são obrigados. A questão séria,  
996 lembro-me muito bem porque participei desta discussão em 2013 que tínhamos que o  
997 órgão ambiental do Paraná, o IAP, não tivesse estrutura.

998 O companheiro de Pinhais acabou de comprovar para nós Conselheiros que  
999 quatro anos se passou e o sistema não saiu, mostrando a carência desse órgão ambiental  
1000 tão importante para o nosso Estado. E a segunda observação que eu faço é que foram  
1001 muitas as queixas de falta de estrutura, principalmente de recursos, para que os  
1002 municípios pudessem ter uma estrutura mínima de pessoal dentro de uma configuração

1003 de um engenheiro florestal, um biólogo, enfim, alguma estrutura muito básica e muitos  
1004 municípios, dos trezentos e noventa e nove, podemos dizer que, se estamos falando em  
1005 vinte e nove, imaginem, já se passaram quatro anos, houve muito pouco progresso.

1006 E outra questão, nas palavras do Secretário, o processo de avaliação de algum  
1007 município que está querendo se candidatar para fazer o licenciamento, muitas vezes a  
1008 gente não toma conhecimento ou toma conhecimento depois que ele foi indicado,  
1009 depois que foi dito que ele pode começar a fiscalizar. Aí, agora, com esta notícia do  
1010 Ministério Público, avaliando essas homologações, me tranqüila um pouco mais.

1011 O Sr. José Luiz Bolicenha (IAP):- Secretário, gostaria de responder.  
1012 (Assentimento). Sim, o IAP disponibiliza o município que queira, hoje estamos  
1013 disponibilizando um sistema de informações ambientais e posteriormente, calculo que  
1014 para meados de 2017, o sistema de gestão ambiental que estamos implantando no IAP  
1015 para todas as atividades, terá um ícone 'SGA Municípios' disponíveis aos municípios. É  
1016 obrigação do IAP esta questão.

1017 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Secretário de  
1018 Pinhais e, na sequência, temos vários pedidos.

1019 O Sr. Antônio Fortunato Berno:- Pessoal, gostaria de esclarecer uma coisa a  
1020 todos os Conselheiros. Quando foi publicada a Lei Federal 140 em 2011 veio trazer um  
1021 equilíbrio das competências dos entes federados para lidar sobre o meio ambiente.  
1022 Então, se retornarmos um pouco lá atrás, claro que não é essa a minha intenção, mas  
1023 definiu claramente o que é competência federal, estadual e municipal. Com base  
1024 nesta definição surgiu uma ideia de descentralizar. Por favor, entendam uma coisa,  
1025 descentralizar não significa que o IAP estava simplesmente abrindo mão da sua  
1026 competência e colocando competência nas costas dos outros ou jogando a  
1027 responsabilidade para os outros, até por um fato bem interessante. Se os senhores se  
1028 interessarem, pegarem a Resolução 088, que foi aprovada, e olhar o anexo desta  
1029 resolução os senhores verão, por exemplo, que na área de supressão de vegetação ou  
1030 loteamentos, condomínios que tenham essa habilitação, nós municípios só podemos  
1031 atuar em uma área que seja consolidadamente urbana, a vegetação seja característica de  
1032 mata secundária estágio inicial. E se dentro deste estágio inicial tiver qualquer  
1033 representante que seja da lista de espécie constante de extinção, no Brasil ou no Paraná,  
1034 o município é impedido de fazer o licenciamento. Ele retorna ao IAP.

1035 Então, houve sim uma preocupação de manter algumas situações ainda  
1036 sobre o controle do IAP, o que é fundamental. Os empreendimentos industriais. Nós  
1037 podemos licenciar hoje empreendimentos até cinquenta funcionários, que é considerado

1038 pequeno porte, e outros tipos são ainda pertinentes ao IAP. É claro que alguns  
1039 municípios começam hoje a ter uma experiência um pouco maior e um quadro  
1040 profissional que é trazido ao longo de toda essa experiência que nós já fomos  
1041 adquirindo, e agora não estou falando só de Pinhais, têm outros municípios que  
1042 pleiteiam alguma remodelação na O88 e que possa talvez repassar uma responsabilidade  
1043 maior ao município, desde que, como o representante da Mater Natura falou, esteja  
1044 competentemente qualificado com técnicos habilitados para fazer isso.

1045 Então, uma opinião de quem trabalha hoje dentro desta área. Tirar, parar o  
1046 processo de descentralização seria, no meu entendimento, um retrocesso, voltar há cem  
1047 anos. Eu acho que ele tem que continuar sempre sob a supervisão, a tutela do Ministério  
1048 Público, hoje lá em Pinhais atuamos muito junto com o Ministério Público, somos  
1049 observados pelo Ministério Público e acho isso salutar, porque a partir do momento que  
1050 aquele que cobra não nos cobra abre porta para qualquer coisa. Então, quanto mais o  
1051 Ministério Público nos cobrar, mais certo de que estamos no caminho correto. Então,  
1052 esta parceria tem que acontecer sempre.

1053 E o IAP, gente, não é o vilão da história. Ele é um órgão que ainda conserva  
1054 técnicos fantásticos lá dentro, pessoas com grande índole para trabalhar, para trazer,  
1055 para somar alguma coisa na sociedade. Hoje é um pouco esquecido, posso dizer assim,  
1056 mas tem que ser respeitado, tem que ser levado em conta e aqueles que estão lá dentro  
1057 trabalham, podem ter certeza, para que cada vez mais tentar deixar melhor a nossa  
1058 condição ambiental.

1059 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Obrigado, Antônio.  
1060 Nós temos o Juliano, na sequência o AOB e o Kawano.

1061 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (ABAI):- Sou também Conselheiro  
1062 do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Curitiba e aí a gente tem uma posição  
1063 também de outro Conselho. Para quem não sabe, o Conselho Municipal de Meio  
1064 Ambiente de Curitiba é o Conselho que mais de reúne no Estado do Paraná em número  
1065 de resoluções, ações e participação e controle social nas suas atividades.

1066 Infelizmente, o convênio, Sr. Secretário, com o município está vencido já há  
1067 alguns meses. Esta é uma informação. Segundo, chega a ser, para mim como  
1068 Conselheiro e para outros membros do Conselho Municipal, meio descabido a cidade de  
1069 Curitiba, sendo capital, tendo os melhores quadros técnicos ambientais e, portanto,  
1070 capacidade de realizar o licenciamento ter ainda um convênio temeroso e por muitas  
1071 vezes, por função política, ou seja, dependendo de quem é o governador, dependendo de  
1072 quem é o prefeito, as coisas andam bem ou não andam bem.

1073 Segundo fato importante para este colegiado, muitos licenciamentos ocorrem em  
1074 duplicidade. Ou seja, para o setor privado é mais custo, para o licenciamento algo  
1075 temeroso. Vou dar um exemplo para os senhores, há licenciamento que o IAP licencia e  
1076 que a Secretaria não licencia ou vice-versa. Há casos em que o licenciamento sob o  
1077 aspecto técnico, sob o aspecto legal não deveria ser concedido e por uma razão política  
1078 o IAP licencia, por 'n' forças que a gente não precisa aqui dizer.

1079 Então, qual a questão que a gente coloca de forma muito preocupante  
1080 para o Conselho? Que haja uma ação desta Casa, um encaminhamento do Sr. Presidente  
1081 para a Secretaria que o convênio do município de Curitiba aconteça de forma definitiva,  
1082 sem que esta ação política ou a duplicidade de licenciamento venha invocar dano ao  
1083 patrimônio privado ou até mesmo e em especial ao patrimônio ambiental. Está é uma  
1084 das colocações.

1085 O terceiro fato é o fato da transparência do controle social. A lei deixa muito  
1086 claro, no caso do Estado, de que o acesso à informação em especial por parte da  
1087 sociedade civil se dê de forma transparente e facilitada. Transparente e facilitada é: eu  
1088 tenho um sistema WEB em que eu acesso isso de forma muito tranquila, inclusive esse é  
1089 um dos pedidos do Conselheiro Clóvis e a gente reforça enquanto sociedade civil.  
1090 Vejam, não existe isso, portanto, o licenciamento ou os convênios hoje é temeroso. Pode  
1091 ser discutido inclusive legalmente de que se não há transparência e se não há controle,  
1092 portanto, ele pode ser discutido judicialmente.

1093 Já terminando as nossas colocações. Os quadros reduzidos do IAP não é desta  
1094 gestão, faz pelo menos vinte, trinta anos que o sucateamento do órgão público vem  
1095 acontecendo. Está na hora deste Conselho ser pujante e ser firme nas posições desta  
1096 gestão e propor a reforma do Sistema SEMA e, na eventualidade de não ter mais  
1097 quadros, talvez encerrar a própria existência de um órgão ambiental que não tem  
1098 capacidade hoje de fazer, na plenitude, as suas atividades. Se formos fazer um  
1099 comparativo qualitativo e quantitativo dos quadros hoje do Estado do Paraná enquanto  
1100 licenciamento e compararmos com a FATMA ou com a FEPAM ou com outros órgãos  
1101 de licenciamento, a nossa situação é vergonhosa, vexatória e arriscada.

1102 Então, cabe sim, é papel deste Conselho ser firme na indicação, talvez ao longo  
1103 desta gestão, da reforma do Sistema SEMA e, caso ela não venha ser realizada, o  
1104 Ministério Público Federal ou Estadual venha usar da forma da sua fiscalização.  
1105 Obrigado.

1106 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Obrigado. Eu peço  
1107 licença para passar a palavra para o Kawano, porque ele fez o encaminhamento em



1108 função desta questão específica do convênio de Curitiba, e que nós estamos trazendo o  
1109 assunto hoje inclusive em parte em função disso, porque nós temos uma preocupação  
1110 muito grande, concordamos não em 100%, mas neste aspecto concordamos e queremos  
1111 dar o encaminhamento. Inclusive o João também sabe que após o seu retorno da licença  
1112 do ano passado rapidamente foi tratado desse assunto, só que não havia possibilidade de  
1113 tratar desse assunto antes da reunião de hoje. Então, na sequência, estaremos tratando  
1114 disso com muita dedicação. Com a palavra, Conselheiro Kawano.

1115 O Sr. Conselheiro Mauricy Kawano (FIEP):- Realmente a gente já encaminhou  
1116 um ofício para o Secretário referente a esta questão do licenciamento municipal versus  
1117 estadual. O que aconteceu, o Juliano lembra disso, que alguns empreendimentos aqui de  
1118 Curitiba estavam sendo autuados pelo município por não ter o licenciamento municipal  
1119 enquanto eles tinham o licenciamento estadual. Isso foi discutido lá no Conselho  
1120 Municipal e aí que a gente puxou esta questão de discutir, revisar a Resolução 88 aqui  
1121 no Conselho Estadual. Essa era uma coisa que eu ia comentar. Obrigado, Bonetti.

1122 Outra preocupação é com a questão do IAP, do SGA. Achei muito interessante o  
1123 sistema de Pinhais, achei muito legal. Uma preocupação é se esses sistemas vão  
1124 conversar. Se o município que está licenciando, está se apropriando de informações, se  
1125 isso vai ser passado para o Estado de uma forma imediata, porque sem dados, por  
1126 exemplo, sobre o nível de poluição, geração de resíduos, é difícil o Estado gerar as suas  
1127 políticas ambientais. Então, se começar a gerar ilhas, vai ficar muito complicado você  
1128 ter informação do Estado como um todo. Certo?

1129 E uma última questão, considero muito importante, não sei se o Conselho pode  
1130 gerar encaminhamento, mas a minha sugestão é o Conselho fazer um encaminhamento  
1131 para o Governo do Estado quanto à necessidade de realmente recompor o Recursos  
1132 Humanos do órgão ambiental.

1133 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. A OAB está  
1134 aguardando, porém o Antônio pediu a palavra. É sobre este assunto ainda? Só para  
1135 liquidar esta questão então.

1136 O Sr. Antônio Fortunato Berno:- Só respondendo ao Conselheiro, uma das  
1137 questões que estava colocada na Lei Federal é que o município que recebesse a  
1138 competência de descentralização deveria ter um sistema que promovesse a transparência  
1139 de tudo o que ele fizesse e que ao final ele pudesse transmitir todos esses dados ao  
1140 Ministério de Meio Ambiente, à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e ao órgão  
1141 estadual competente. Então, posso dizer que hoje o nosso sistema faz isso. A qualquer

1142 momento, qualquer um de vocês pode ingressar e ver o que está acontecendo. Ele gera  
1143 qualquer tipo de relatório.

1144 Faço um convite a todos vocês, se quiserem ir até Pinhais conhecer a nossa  
1145 pequena estrutura da Secretaria e ver o funcionamento total do sistema, está o convite  
1146 aberto a qualquer um de vocês, Ministério Público, Secretário Estadual, Conselheiros. É  
1147 só ligar, entrar em contato, marcar o dia e a hora, nós vamos ter uma pessoa à  
1148 disposição para acompanhá-los e mostrar tudo o que o sistema faz.

1149 Com relação ao casamento do sistema do IAP, queria chamar a atenção para uma  
1150 coisa. Hoje, quando se fala em descentralização do licenciamento ambiental, nos  
1151 esquecemos de falar da taxa ambiental. Então, hoje uma licença prévia tem uma taxa, a  
1152 LP, a LI e a LO, tudo tem uma taxa. Se fôssemos hoje fazer pelo sistema de protocolo,  
1153 que é o sistema do Estado, o requerente protocolaria um pedido, receberia uma guia de  
1154 pagamento e esta guia de pagamento seria encaminhada via protocolo e o valor seria  
1155 depositado onde? No Fundo Estadual de Meio Ambiente, e o município que iria fazer  
1156 todo o procedimento não receberia nada, porque teria que criar uma lei para dizer que o  
1157 Fundo Estadual poderia repassar. Então, foi importante para nós, dentro de todo este  
1158 aprendizado, promulgar uma lei de taxa ambiental. Hoje tem boleto específico com um  
1159 código específico. Não que eu diga que não possa haver um casamento do nosso sistema  
1160 com o sistema que é utilizado no Estado, mas com todas essas incongruências que  
1161 existiam e que ainda têm que ser sanadas, aparada essas arestas, o município de Pinhais,  
1162 pelos seus gestores à época, achou melhor então adquirir um sistema separado até pela  
1163 questão de arrecadação. Não é o fato, mas pensando também na arrecadação. Ok?

1164 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado,  
1165 Antônio.

1166 O Sr. Antônio Fortunato Berno:- De nada.

1167 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Com a palavra, José  
1168 Gustavo, da OAB.

1169 O Sr. Conselheiro José Gustavo Oliveira Franco (OAB):- Eu gostaria de reiterar  
1170 alguns pontos que tratamos ainda no ano passado exatamente da gestão de informação  
1171 do licenciamento. Nós tivemos a oportunidade na OAB, em 2015, em realizar um  
1172 evento, um congresso, onde participaram os técnicos do IAP, da SEMA, do município  
1173 de Curitiba e outros, para discutir a nossa preocupação com relação ao modelo que está  
1174 sendo gerado. Não preocupação, mas a intenção de contribuição do modelo que está  
1175 sendo gerado para que a gente não perca este momento.

1176 Nós temos um momento muito importante no Estado e que ele tem que ser  
1177 estruturado para que a gente não chegue lá na frente com uma condição sem  
1178 transparência, a dificuldade de comunicação de dados e a quantidade de dados que são  
1179 gerados em processo de licenciamento, em estudo de impacto ambiental, em  
1180 Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, em todos os estudos que estão sendo  
1181 feitos no Estado, cada um deles construído em uma base de dados diferente, com uma  
1182 lógica diferente que não se conversa. É um absurdo! Isso é dinheiro público  
1183 desperdiçado e investimento privado inclusive desperdiçado. Cruzamento de dados  
1184 geoespaciais seria a base essencial de informação do Estado. A gente teria dois  
1185 elementos principais: 1) Monitoramento ambiental e; 2) de desenvolvimento.

1186 O desenvolvimento do Estado se ressentir pela impossibilidade ou pela demora  
1187 no processo de licenciamento em decorrência da falta desses dados ou da falta de  
1188 organização desses dados e a questão de monitoramento ambiental também. Então, a  
1189 proposição que nós já tínhamos feito lá atrás e novamente fazemos, é que o sistema de  
1190 licenciamento ambiental tem que estar vinculado a uma base de dados espaciais do  
1191 Estado, um SIG - Sistema Geográfico do Estado, todos os estudos que envolvam dados  
1192 ambientais do Estado têm que ser construídos dentro de um padrão que consiga  
1193 conversar entre eles. Por que eu faço um zoneamento ecológico econômico, onde eu  
1194 faço todo um diagnóstico que vai melhorar mapas de papel e vou ter que reconstruir  
1195 depois, se ele pode estar no sistema de informação geográfica que se autoalimenta,  
1196 conforme dados novos vão sendo estruturados? Não há sentido! Nós precisamos  
1197 integrar isso.

1198 Esta base de dados tem que estar aberta à comunidade sim, seja para o  
1199 empreendedor que quer implementar o empreendimento em dado local, que já tem  
1200 dados avançados na situação, seja para o Ministério Público que quer fiscalizar onde  
1201 ocorreram os licenciamentos e todos os municípios. Quando ele licencia o  
1202 empreendimento, ele tem um lugar, um tempo, um espaço, informações de  
1203 mapeamento, de relevo, de hidrografia que estão nesse licenciamento, eles têm que estar  
1204 disponíveis lá. Como não? Quando eu tenho o município licenciando a autorização de  
1205 supressão, ele tem um local e uma área de supressão. Isso tem que estar disponível para  
1206 a sociedade, para que o fiscal estadual não tenha que sair correndo atrás para verificar,  
1207 chegar lá e pedir uma licença ambiental quando ele poderia entrar no sistema e dizer:  
1208 “Tem licença! Ok.” Entre em contato com o município: “Está regular? Está regular!”  
1209 Não é possível continuarmos trabalhando com problemas de descentralização de poder,  
1210 que a gente sabe que de regra é o que acaba acontecendo, em relação a esta estrutura.

1211 Proponho aí que, se possível, dentro do Conselho Estadual possamos dar início a  
1212 um processo de regularização disso, de estabelecimento de padrões de informação  
1213 ambientais e econômicas do Estado sejam gerados em uma mesma base comum. Temos  
1214 em andamento um cadastro ambiental rural que vai gerar muitas informações, temos em  
1215 andamento um zoneamento ecológico econômico que tem muitas informações, temos  
1216 em andamento uma infinidade de licenciamentos municipais e estaduais que podem  
1217 integrar a mesma base, desde que padronizemos a informação e que todas venham no  
1218 mesmo formato. Se não fizermos isso, vamos continuar gerando dados esparsos e  
1219 perdendo uma oportunidade de gerar uma grande condição de monitoramento e de  
1220 acompanhamento e de desenvolvimento do Estado, desenvolvimento adequado e não  
1221 inadequado. Obrigado.

1222 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado.

1223 A Sra. Conselheira Gislene Lessa (ITCG):- Hoje nós estamos com uma nova  
1224 instituição onde toda a questão da Diretoria de Geologia está sendo discutida. Então, o  
1225 ITCG hoje é uma nova instituição que agregou o antigo ITC e a Mineropar e  
1226 independente disso nós já vínhamos discutindo, por conta dos projetos multissetoriais  
1227 que é o financiamento com o Banco Mundial e tem diversas ações, desde a análise de  
1228 gestão de risco e mapeamento diversos, e um dos projetos aceitos e que está em uma  
1229 fase de análise de proposta técnica, nós temos três propostas técnicas apresentadas pelas  
1230 empresas participantes do processo que é a infraestrutura de dados espaciais do sistema  
1231 do meio ambiente.

1232 Então, essa iniciativa já é uma questão que já vem há muitos anos preocupando  
1233 todo o quadro técnico do sistema do meio ambiente e a gente sabe que o que nós  
1234 fornecemos por meio dos nossos sites, tem lá muita informação para download, então  
1235 não é só um dado em papel, existem vários dados geográficos que podem ser baixados.  
1236 E o que nós fazemos ainda é atender pontualmente. Então, falem conosco, tem a  
1237 ouvidoria de cada instituição, e que justamente alegando acesso à informação, essas  
1238 informações específicas... Só que isso realmente não é suficiente, a gente tem  
1239 consciência disso e por isso desta iniciativa.

1240 A partir deste projeto, que com certeza vai casar com o SGA, que também tem  
1241 na sua concepção a questão geográfica, aí talvez atenda também na sequência a questão  
1242 de saber onde há área de licenciamento. Então, nós vamos juntar dados oficiais,  
1243 cartográficos, da área de geologia, cartografia básica do Instituto das Águas, do IAP e  
1244 da SEMA, então, todo o sistema do meio ambiente em um primeiro momento,  
1245 posteriormente, dependendo, podem até outras instituições públicas agregarem essa

1246 iniciativa que vem ao encontro da infraestrutura nacional de dados espaciais que já tem  
1247 legislação específica.

1248 Então, acho que já temos uma iniciativa que em breve vamos ter um  
1249 desenvolvimento com o financiamento do banco, então essa é uma notícia que vai ao  
1250 encontro a esta preocupação demonstrada aqui. Estamos muito contentes em poder dar  
1251 esta notícia, dizer que não precisamos de mais uma ideia, já temos algo sendo  
1252 concretizado. Mas o Conselho pode com certeza acompanhar e talvez em um momento  
1253 oportuno possamos trazer maiores notícias do andamento deste projeto.

1254 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Obrigado. Nós  
1255 temos ainda, neste momento, um pedido da Laura. E só lembrando, nós temos ainda a  
1256 Tribuna.

1257 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Eu só queria  
1258 completar e reforçar algumas questões em relação à descentralização. Observamos que  
1259 realmente há um problema com as mudanças de gestão, porque os funcionários  
1260 municipais nem sempre são do quadro próprio do serviço público. São contratos  
1261 temporários, contratos celetistas que muitas vezes mudam, quando muda a gestão muda  
1262 o técnico. Então, isso é um problema. Há necessidade de estar sempre vendo como está  
1263 se dando o serviço tanto de licenciamento como de fiscalização nos municípios.

1264 Eu nunca vi com muito bons olhos uma total descentralização, mas já foi dito  
1265 que não é uma total descentralização, descentraliza apenas algumas coisas, mas a gente  
1266 vê que se desintegram muitas questões. E aí entra aquela proposta antiga também que é  
1267 ter uma gestão de dados e mesmo de licenciamento por bacia hidrográfica. Acho que aí  
1268 a gente consegue integrar um pouco mais quando pensa em nível de bacia hidrográfica.  
1269 E o banco de dados deveria, no meu entender, ter uma matriz de bacia hidrográfica para  
1270 espacializar melhor e até contribuir em um licenciamento que tenha lançamento de  
1271 efluentes, que tenha desmatamento, que tenha o próprio uso de solo. Se pensarmos em  
1272 nível de bacia hidrográfica, acho que isso avança bastante.

1273 A outra questão é que nem todos os municípios possuem o Conselho Municipal  
1274 de Meio Ambiente. E até em outras reuniões já colocamos, nós gostaríamos que fosse  
1275 feita uma campanha para a instalação deste Conselho Municipal de Meio Ambiente,  
1276 mas não um conselho como a gente viu em Antonina recentemente, extremamente  
1277 controlado pelo Poder Executivo. Não pode ser assim. A sociedade civil tem que estar  
1278 presente enquanto posição crítica, senão o Conselho não cumpre a sua função. E aqui  
1279 nós deixamos o nosso repúdio. Acompanhei um pouquinho, já há três anos venho  
1280 acompanhando a questão do Conselho Municipal de Antonina e a gente viu que tudo o

1281 que foi feito em nível de participação de sociedade civil foi extremamente rejeitado ou  
1282 ignorado, desvalorizado pelo Poder Executivo Municipal. Então, isso não pode  
1283 acontecer. O Conselho Municipal tem que ter a presença da sociedade de civil e  
1284 enquanto posição crítica.

1285 A outra questão que queria colocar ainda é reforçando esta questão de habilitar e  
1286 desabilitar se não cumprir. Acho que deveria ser por aí, habilita e desabilita se não  
1287 cumprir, mas principalmente fortalecer o IAP, fortalecer o Sistema Estadual de Meio  
1288 Ambiente. Não é de hoje que isso vem sendo colocado, de que é preciso a renovação do  
1289 quadro de funcionários. Este ano aposenta uma turma, ano que vem e se mudar a  
1290 legislação da Previdência acelera mais ainda. Ano que vem basicamente 90% do quadro  
1291 dos servidores do Sistema Estadual do Meio Ambiente estará aposentado, e qual a  
1292 renovação que se tem disso? Esse é um sucateamento, um desmantelamento do próprio  
1293 Sistema Estadual.

1294 Então, acho que tem que ser levado a sério a renovação do quadro de  
1295 funcionários, tem que ser levado a sério as funções do IAP e mesmo com esse número  
1296 pequeno de municípios descentralizados, o que a gente vê é que o IAP não dá conta da  
1297 fiscalização, porque não tem técnico suficiente. Então, demora muito, quando chega lá o  
1298 problema já aconteceu, dificilmente a gente consegue deter um desmatamento ou uma  
1299 terraplanagem que destroem nascentes.

1300 E uma questão, para concluir, queria que o representante do CREA também  
1301 levasse isso em consideração, porque nós já colocamos isso em ofício, enquanto  
1302 sociedade civil, que o CREA desabilitasse o engenheiro profissional que não respeitasse  
1303 as unidades ambientais, as unidades hídricas, nascentes, córregos, matas ciliares. Ele  
1304 tem que respeitar a legislação ambiental. Aí vem o engenheiro responsável pela obra e  
1305 fiscaliza a obra em si, a estrutura de engenharia civil, e cadê a responsabilidade técnica  
1306 dele enquanto Lei Ambiental? Sabe?!

1307 Então, já estamos cansados de ver obras irregulares, porque engenheiros  
1308 constroem isso. Agora mesmo está acontecendo uma terraplanagem na Bacia do  
1309 Ribeira, no município do Cerro Azul, que passou por cima de nascentes. Nós já pedimos  
1310 a fiscalização do IAP, não chegou lá ainda, mas quem é? Tem o engenheiro responsável,  
1311 e o CREA não vai punir este profissional? Então, acho que a gente tem que ser mais  
1312 comprometido no coletivo, enquanto cidadão, enquanto pessoa, em cumprir a legislação  
1313 e não mudar a legislação ou aceitar subterfúgios para acomodar a legislação.

1314 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok., Dona Laura.  
1315 Certo? Bom, para encerrar apenas algumas considerações sobre este tema. Eu reforço,

1316 nós trouxemos este assunto porque entendemos realmente relevante, contem com o meu  
1317 apoio, com o nosso apoio, né João, como Secretário Executivo.

1318 A questão específica de Curitiba, Juliano, é verdade, nós precisamos e vamos o  
1319 quanto antes resolver esta questão. Quero fortalecer aqui o IAP, independente das  
1320 questões políticas, realmente o IAP hoje, é redundante falar, sofre por número muito  
1321 pequeno de profissionais de acordo com a demanda. Isso inclusive atrapalha o  
1322 progresso, o crescimento do Paraná de maneira ordenada. Isso a gente reconhece.  
1323 Inclusive toda manifestação aqui será benéfica para que a gente continue pressionando o  
1324 governador para que esse concurso aconteça, se bem que eu acho que temos que dar  
1325 continuidade com muita responsabilidade. E o Conselho aqui é o fórum qualificado para  
1326 que a gente continue descentralizando, dentro desta consciência que hoje se debateu  
1327 aqui, porque nós não podemos imaginar que ao curto prazo vamos resolver também o  
1328 problema do IAP. Então, precisamos ter pés no chão neste sentido, responsabilidade,  
1329 consciência para conduzir desta forma.

1330 Então, quando eu falo de descentralização, nós temos a consciência de que nós  
1331 precisamos estimular, inclusive, Bolicenha, quero registrar a importância da designação  
1332 do Bolicenha para tratar desse assunto. Era necessário e isso agora é realidade. Nós  
1333 queremos sempre lhe apoiar e conte com o nosso apoio, porque havia esse vácuo no IAP  
1334 e você tem conhecimento e pode nos ajudar em muito. Só lembrando, têm municípios  
1335 que trocam o prefeito e o novo prefeito é contra a descentralização, mas também  
1336 existem casos positivos de prefeito que estão nos procurando que são super a favor.  
1337 Teremos um avanço neste sentido! E também lembrar que os municípios, como o caso  
1338 de Pinhais, todos os municípios que estão com a descentralização funcionando de  
1339 maneira bem aceitável não reclamam da questão financeira. Então, é uma autonomia  
1340 que os prefeitos hoje não gostariam de ter se não tivessem recurso. Mas eles têm  
1341 autonomia e com recurso.

1342 O controle social de um fundo municipal, tenho convicção, sempre será melhor  
1343 do que o controle social de um fundo estadual nacional. Acho que é um caminho que  
1344 devemos dar uma ênfase bem expressiva. A senhora havia solicitado e como é o mesmo  
1345 tema, concedo a palavra, e vamos concluir.

1346 A Sra. Maude Nancy Joslin-Motta:- É exatamente neste tema, Secretário,  
1347 Presidente do Conselho. Dois erros jurídicos crassos estão sendo cometidos nesta  
1348 discussão que está sendo feita aqui agora e eu peço os ouvidos atentos especialmente  
1349 aos meus pares operadores de Direito, OAB, Ministério Público e PGE.

1350 Primeiro, não existe descentralização, para começo de conversa!  
1351 Descentralização era um programa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do final  
1352 da década de 80 onde, aí sim a Laura tem razão, se propôs a descentralização de ações  
1353 do IAP para os municípios, a partir dos municípios polos das bacias hidrográficas e a  
1354 partir dali se descentralizaria para as demais cidades. O que está acontecendo agora, a  
1355 partir da edição da Lei Complementar 140 não é descentralização, é simplesmente  
1356 competência constitucional de União, de Estado e de município. Não existe isso de  
1357 prefeito mudou eu não quero mais brincar. Ele tem competência legal para cumprir. O  
1358 Estado está absolutamente equivocado, Curitiba e nenhum outro município precisa de  
1359 termo de convênio para cumprir a sua competência constitucional e legal.

1360 Termo de cooperação é uma coisa, convênio não precisa. Curitiba, quando nós  
1361 discutimos a Resolução 88, que é de constitucionalidade e legalidade altamente  
1362 questionável, e não foi por acaso que eu fui expulsa do grupo de trabalho que estava  
1363 fazendo a redação desta resolução. Está certo?

1364 A resolução é inconstitucional e tem um segundo aspecto fundamental para os  
1365 municípios, que é a parte do dinheiro e aí a gente tromba, meus caros operadores  
1366 jurídicos, com outra inconstitucionalidade que é o Fundo Estadual do Meio Ambiente.  
1367 O Fundo Estadual do Meio Ambiente será gerido de forma paritária pela Secretaria de  
1368 Estado de Meio Ambiente e jamais pelo Conselho Administrativo do IAP. O decreto que  
1369 regulamenta o FEMA é inconstitucional. O recurso de taxas e multas que deveria entrar  
1370 dentro do fundo deveria estar indo diretamente aos municípios. Os municípios têm que  
1371 operar, a lei fala muito claramente nesta divisão de competências, na ação cooperação.

1372 Então, por favor, o uso da palavra descentralização é um equívoco jurídico  
1373 crasso e, sim, a Resolução 88 precisa ser revista e, sim, o Fundo Estadual do Meio  
1374 Ambiente precisa, com toda a urgência, receber uma regulamentação legal.

1375 Para concluir, eu e Laura, ao longo dos últimos trinta e cinco anos, concordamos  
1376 com algumas coisas e discordamos de outras. Concordamos com as bacias com relação  
1377 ao IAP. Na década de 90 foi feito um trabalho muito amplo de discussão e redesenho  
1378 do Sistema SEMA com a participação dos servidores e da sociedade civil e das  
1379 universidades. O IAP tem que ser extinto e precisamos dentro do sistema de uma  
1380 agência enxuta e eficiente que gerencie o licenciamento a partir da sua base municipal,  
1381 que é a base do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Muito obrigada, Secretário.

1382 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Obrigado, senhora.  
1383 Dando sequência, nós temos as inscrições para a Tribuna, lembrando que combinamos



1384 eram dois ou três. Então vamos combinar dois, vamos alterar para baixo, e pedir que  
1385 cada um colabore para que não precisemos interferir. Ok.

1386 Então, a primeira pessoa que se inscreveu foi a Dona Laura, por favor.

1387 A Sra. Conselheira Laura de Jesus Moura e Costa (CEDEA):- Eu encaminhei um  
1388 ofício pelo CEDEA para discutirmos aqui enquanto Ordem do Dia e não em dois ou três  
1389 minutinhos no final da reunião, mas como Ordem do Dia sobre a questão da alteração  
1390 da área da Escarpa Devoniana. Acho isso exatamente importante, extremamente grave.  
1391 E nós precisamos também, como Conselheiros, nos capacitar e opinar sobre esta  
1392 questão. Então, reforço o pedido que foi encaminhado por ofício para discutir esta  
1393 questão.

1394 E uma outra questão que diz respeito à questão de recursos hídricos, mas é  
1395 também uma gestão ambiental, são as PCHs. Nós não podemos aceitar que as PCHs  
1396 sejam licenciadas em um único rio que é a cabeceira do Rio Ribeira, que é o Rio  
1397 Assungui. Isso é um absurdo. O meio ambiente não pode aceitar isso e nós precisamos  
1398 discutir. Então, estou pedindo uma discussão para uma avaliação integral da Bacia do  
1399 Ribeira, Paraná e São Paulo, começando por esta questão da Bacia do Assungui, o Rio  
1400 do Turvo em Itaoca. São vários. Então, são dois assuntos que nós queremos aprofundar:  
1401 Política de PCH do Estado em relação às bacias hidrográficas e a questão da Escarpa  
1402 Devoniana, o quanto antes, para que não seja atropelado pelas decisões da Assembleia  
1403 Legislativa.

1404 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado. O  
1405 João vai explicar a questão da Escarpa em função do tempo.

1406 O Sr. Secretário Executivo:- Rapidamente, isso foi até respondido com cópia a  
1407 todos os Conselheiros, o ofício foi recebido extemporaneamente para inserirmos na  
1408 proposta de pauta desta reunião, mas será considerado para discutirmos na pauta de uma  
1409 próxima reunião. Ok?

1410 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Henrique, por favor.

1411 O Sr. Conselheiro Henrique Simão Pontes (UEPG):- Boa tarde a todos.  
1412 Agradeço o espaço cedido, meu nome é Henrique Simão Pontes, hoje eu falo  
1413 representando o grupo universitário de pesquisa espeleológica de Ponta Grossa,  
1414 integrante junto com outras quarenta instituições do movimento em defesa dos campos  
1415 gerais, contra a redução da Escarpa Devoniana. Eu acho que o senhor já deve ter ouvido  
1416 falar sobre o Projeto 527/2016 dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano  
1417 e Luiz Cláudio Romanelli. O que este projeto prevê? Prevê a extinção de dois bilhões e

1418 seiscentos mil metros quadrados de uma unidade de conservação de muita relevante  
1419 importância para a região dos Campos Gerais.

1420 Eu vou mostrar para vocês um mapa que foi produzido a partir de dados  
1421 científicos de um grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Esse  
1422 mapa mostra em 1992 a APA da Escarpa Devoniana, o que é verde é floresta, campo e  
1423 cursos hídricos, em vermelho, usos como a agricultura, florestamento comercial, solo  
1424 exposto e edificações. Vinte e cinco anos depois da criação da APA da Escarpa  
1425 Devoniana, é esse o resultado que nós temos: dobrou-se a produção dentro da Escarpa  
1426 Devoniana. A justificativa deste projeto de lei diz que a APA impede a produção. Como  
1427 a APA está impedindo a produção? Não impede a produção. Mesmo com este cenário,  
1428 mais de 50% da área que era campo nativo, hoje nós temos menos de 10% de campo  
1429 nativo nos campos gerais, mesmo com esse panorama, ainda querem acabar com a  
1430 unidade de conservação.

1431 E mais, o que me causa espécie e às quarenta e uma instituições, à comunidade,  
1432 à sociedade que está sendo excluída desta discussão, é que este projeto de lei foi  
1433 protocolado, ou seja, está em trâmite sem escutar a sociedade. E o IAP só fez um pedido  
1434 para um estudo para uma entidade, Fundação ABC. Nós respeitamos a instituição, mas é  
1435 injusto e consideramos errado apenas a Fundação ABC ser a responsável por delimitar a  
1436 APA da Escarpa Devoniana e não apresentar dados como esse. Dados sérios, senhores!  
1437 Isso aqui são dados que serão discutidos nesta audiência do dia 10, em Ponta Grossa,  
1438 nesta sexta-feira, das 9h às 17h, no Cine Teatro, onde discutiremos a delimitação da  
1439 APA da Escarpa Devoniana.

1440 E aí eu venho representando essas quarenta e uma instituições do movimento,  
1441 questionar qual o posicionamento, porque até agora nós não tivemos da SEMA -  
1442 Secretária Estadual de Meio Ambiente, do Instituto Ambiental do Paraná e do próprio  
1443 Conselho frente a este tema. Porque é inconcebível e um tanto quanto obscura a  
1444 situação de que uma instituição, com todo o respeito à Fundação ABC, uma instituição  
1445 que atende a interesse do agronegócio, ser a única e exclusiva responsável por  
1446 apresentar um projeto de delimitação de uma unidade de conservação sem ao menos  
1447 escutar o seu conselho gestor e nem a sociedade, nem as diversas instituições de  
1448 pesquisa que estão se debruçando, se dedicando o seu tempo, o seu trabalho nesta área e  
1449 chegamos a resultados como esse.

1450 Nós não somos contra a produção, inclusive a produção, como os senhores  
1451 podem ver, está acontecendo na Apa. O que mais nos deixa pasmo é que a APA é uma  
1452 unidade de conservação de uso sustentável. Se os nobres Deputados querem reduzi-la,

1453 alegando necessidade da expansão da produção para crescimento da economia, é  
1454 estranho! Quer dizer então que não querem usar sustentavelmente esta unidade, porque  
1455 a unidade não barra a produção. Estão utilizando um discurso falho, dizendo que a APA  
1456 está barrando a produção. O mapa diz tudo!

1457 Então, gostaria de deixar esta pergunta: qual o posicionamento da SEMA -  
1458 Secretária Estadual de Meio Ambiente, do Instituto Ambiental do Paraná e do próprio  
1459 Conselho aqui presente.

1460 Agradeço a oportunidade. E convido todos para esta audiência pública de Ponta  
1461 Grossa. Obrigado. (Palmas).

1462 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Primeiro muito  
1463 obrigado pela participação, Professor. Sobre o IAP logicamente nós não podemos falar,  
1464 porque não represento o IAP aqui, mas sobre a SEMA nós temos uma nota técnica  
1465 produzida pela Coordenação de Biodiversidade e Florestas e também um parecer  
1466 jurídico que basicamente acompanha o mesmo raciocínio com profundas  
1467 recomendações em relação à tônica que o Professor acabou de levantar. Então, esta é a  
1468 posição que está pronta na SEMA e será encaminhado.

1469 O Sr. Conselheiro Henrique Simão Pontes (UEPG):- Eu gostaria de não somente  
1470 convidar a Secretaria, é uma audiência pública que a Secretaria deve estar presente,  
1471 provavelmente a Secretaria será oficiada ainda amanhã pelas instituições para garantir a  
1472 presença de pelo menos um representante da Secretaria para levar...

1473 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- A SEMA estará  
1474 presente. Sim, já estamos designando representante com certeza. Ok?

1475 Maude, por favor.

1476 A Sra. Maude Nancy Joslin-Motta:- Mais calma agora, boa tarde Sr. Presidente,  
1477 Sr. Secretário, senhores e senhoras do Conselho, demais participantes desta Mesa de  
1478 trabalho. Meu nome é Maude Nancy, atendendo ao pedido da organização, trabalho com  
1479 o Meio Ambiente há quarenta e sete anos, dos quais trinta e cinco dentro do setor  
1480 público. Fiz carreira a partir do IPCF, IAP e SEMA e costumo dizer que eu enxergo  
1481 longe porque eu subi no ombro de gigantes. Luiz Edson Fachin, hoje Ministro do STF  
1482 foi nosso Procurador Jurídico, eu fui a primeira estagiária em Direito Ambiental no  
1483 Estado do Paraná na gestão de Fachin. E conheço o João Batista a mais ou menos o  
1484 mesmo tempo, meu eterno orientador.

1485 Quero agradecer primeiro ao João Batista pelas orientações, ainda que  
1486 em cima da hora, quero agradecer ao Adriano pelo espaço e quero passar  
1487 para o primeiro slide dizendo que este mapa me tirou da aposentadoria,

1488 este mapa e uma organização chamada [350.org](http://350.org), que é a coordenadora da  
1489 COESUS. E este mapa me faz perder o sono.

1490 Secretário, eu lamento informar ao senhor que não dá para esperar os dez anos  
1491 da Lei 18.947, que simplesmente suspendeu as atividades de *fracking* no Paraná. Isso é  
1492 *band-aid* em hemorragia de grande porte. Nós temos duzentos e cinquenta e quatro  
1493 municípios que já foram leiloados pela Agência Nacional do Petróleo para exploração e  
1494 petróleo e gás convencional e gás por exploração não convencional, que é o gás da  
1495 morte, gás metano e que é o gás metano carbonífero que são subsidiárias do inferno.  
1496 Não é por acaso que a gente chama do gás da morte.

1497 Reitero o pedido que foi feito no sentido de que estamos à inteira disposição,  
1498 nossas instituições estão à inteira disposição para fazer uma explanação detalhada sobre  
1499 questão do *fracking*, mas, de imediato, quero dizer que nós, além de não poder dormir  
1500 em cima da aprovação desta lei, nós já temos mais de duzentos municípios no Paraná  
1501 que aprovaram a proibição plena e total e nós esperamos que a Assembleia Legislativa  
1502 siga o mesmo caminho, nós precisamos fiscalizar, e foi o que me trouxe aqui, e nós  
1503 precisamos regulamentar esta lei, o que pode ser feito mediante resolução deste  
1504 Conselho. Esta é a lei.

1505 E nós agradecemos muito especialmente não só os deputados proponentes,  
1506 mas ao Secretário da Agricultura Ortigara, à Secretaria de Saúde e aos técnicos da  
1507 Secretaria de Meio Ambiente - não tive a oportunidade de conversar com o senhor na  
1508 época, à Defesa Civil, à Copel e aos quinhentos e tantos integrante da COESUS,  
1509 especialmente do Paraná. Se vocês prestaram a atenção no mapa, aquele mapa  
1510 representa que o Estado tem de mais forte em produção agropecuária, florestal e de  
1511 piscicultura. Ou seja, se esta situação não for revertida o Paraná perde toda a sua  
1512 riqueza, inclusive industrial.

1513 Este é um mapa que nós vamos ver maior no próximo slide, é um mapa do  
1514 lineamento transbrasiliano. É um mapa de lineamento e elementos tectônicos da Bacia  
1515 do Rio Paraná. Para não me acusarem de tendenciosa, este mapa faz parte de um estudo  
1516 para a construção da Usina Hidrelétrica de Couto Magalhães, feito pelo Consórcio  
1517 ENER - Rede Couto Magalhães. A Bacia Tectônica do Rio Paraná, é a parte Meridional  
1518 do Brasil com um milhão e cem mil quilômetros quadrados. O lineamento  
1519 transbrasiliano é a estrutura de dimensões continentais de regiões de atividades  
1520 sísmicas. Por favor, atentem para essas marquinhos em verde. Isso são áreas de  
1521 instabilidades geológicas. Por que estou dizendo isso? Porque existe sismicidade

1522 intraplaca, porque existem zonas de fraqueza crustal. Perdoem-me os geólogos, sou  
1523 advogada, estou reproduzindo o texto.

1524 Além disso, nós temos aqui um gomo chamado Araguainha que é um meteoro  
1525 que caiu. Tudo isso para dizer que esses caminhões, que são os vibradores, que são os  
1526 caminhões provocadores de terremoto de 1.9 a 3 na escala Richter, e que no momento  
1527 em que se começa a trabalhar sobre uma área de instabilidade e/ou uma falha geológica  
1528 provocam terremotos que podem chegar a 7 na escala Richter, o que significa evacuação  
1529 de cidades inteiras como aconteceu em novembro no Oklahoma. Esses caminhões não  
1530 são um, não são dois, são dez caminhões enfileirados provocando terremotos dentro de  
1531 cidades e na área rural. Isso depois da aprovação da dita cuja lei que eu acabei de  
1532 chamar de *band-aid* em hemorragia.

1533 Nós temos, Sr. Secretário, aí peço o seu empenho junto ao IAP, que  
1534 lamentavelmente já se retirou, temos insistido muito inclusive com os  
1535 superintendentes regionais de SEMA, dos que têm tentado nos dar suporte, apesar de  
1536 estarem em licença-prêmio, nós queremos que esses caminhões sejam embargados, que  
1537 a atividade seja suspensa e que esses caminhões sejam apreendidos. E digo mais uma  
1538 coisa, aqui outra tomada de caminhões em área urbana, teste de aquisição sísmica em  
1539 Carlópolis no Paraná. Este decreto regulamenta as competências da Lei Complementar  
1540 140.

1541 A Agência Nacional do Petróleo não tem licença ambiental. A competência para  
1542 a aquisição sísmica terrestre é do Estado do Paraná. Quem licencia fiscaliza, quem  
1543 fiscaliza proíbe. É competência do Estado do Paraná parar esses caminhões, apreender  
1544 esses caminhões. E eu termino, Sr. Secretário, depois de dizer que nós temos quatro mil  
1545 casas rachadas na região Norte e Noroeste do Paraná, para dizer do pânico das  
1546 populações, para dizer de comunidade indígena onde sete índias entraram em trabalho  
1547 de parto quando sentiram o chão tremendo em baixo do seu pé. E para dizer que a  
1548 Defesa Civil tem sim postado na defesa dos moradores, inclusive encaminhou à  
1549 Secretaria de Meio Ambiente, é um processo recente, estivemos semana passada com o  
1550 Coronel Barros e com o Major Hiller, pedindo o apoio deles no sentido  
1551 que esses caminhões parem de destruir. Esses caminhões provocam a  
1552 mortalidade de alevinos e de peixes juvenis. Esses caminhões provocam estouro de  
1553 boiadas, esses caminhões prejudicam não só a produção agropecuária, mas também a  
1554 fauna nativa. Esses caminhões estavam operando dentro do entorno protetivo do Parque  
1555 Nacional do Iguaçu, patrimônio da humanidade.

1556 Terminando, enfim, nós não precisamos na Matriz Energética Brasileira do gás  
1557 da morte. Nós temos muitas outras alternativas energéticas. Nós não precisamos pagar o  
1558 custo, o preço elevadíssimo do gás da morte. Ele é economicamente inviável e a  
1559 Petrobras da Argentina e PF estão indo à falência por subsidiar a exploração do gás  
1560 metano. Os prejuízos econômicos, sociais e ambientais são gigantescos. Destruição da  
1561 produção agropecuária. Em Buenos Aires a gente come maçã chilena, porque a  
1562 produção de maçãs da Argentina, de peras da Argentina e agora iniciando a produção de  
1563 vinhos argentinos está contaminada química ou radioativamente. Doenças e morte de  
1564 população. Tem quarenta e uma milhões de pessoas com câncer e com sérios problemas  
1565 de rim, de fígado, de pulmão nos Estados Unidos em decorrência do *fracking*. Perda  
1566 irreparável! Cada poço de *fracking*, nós estamos falando de milhões de  
1567 poços, usa de quinze a trinta milhões de litros de água por poço. Vocês perceberam  
1568 naquele mapa que os poços com as áreas já leiloadas para a ANP estão em cima do  
1569 Aquífero Guarani e em cima do Aquífero Serra Geral. Terminei.

1570 Peço desculpas por falar demais, Sr. Presidente, Sr. Secretário, e termino dizendo  
1571 que esse é um trabalho, esse é um dos programas da 350 internacional que coordena  
1572 junto com a COESUS. O último slide que eu passaria, aliás os dois últimos, em  
1573 homenagem ao Henrique, e me considero uma das mães da APA da Escarpa Devoniana,  
1574 trabalhava no IAP em 1992, quando foi criada. E quero dizer aos senhores: APA não é  
1575 sequer uma unidade de conservação *strito sensu*, APA é um instrumento de  
1576 macrozoneamento de uso e ocupação do solo. Não há restrição à atividade econômica  
1577 sustentável. Este Decreto n.º 1231, de 27 de março de 1992, declara a APA e faz  
1578 proibições de atividades que não podem sequer serem licenciadas. Essas são as quatro  
1579 proibições que a lei prevê. Não tem sentido reduzir uma APA se já está proibido a alta  
1580 quantidade de agrotóxico, reflorestamento de exóticas dentro de paisagens preservadas e  
1581 atividades que têm que ser licenciadas porque são degradadoras e, por óbvio, os sítios  
1582 arqueológicos que são protegidos desde a década de 30.

1583 Restrições, que é o último slide, restrições não são restrições, são orientações  
1584 para a elaboração do zoneamento do Plano de Manejo. Então, eu termino dando o meu  
1585 integral apoiando, dizendo que vou fazer tudo o que for possível, só não vou poder estar  
1586 presente nesta reunião de Ponta Grossa. Mas não tem sentido. Este Conselho deve, no  
1587 mínimo, apresentar uma moção de protesto à Assembleia Legislativa. E, Sr. Secretário,  
1588 sugiro que o senhor avoque o processo, que está em trâmite na Assembleia, para  
1589 manifestação da SEMA, da SEAB com relação à questão do uso do solo da Escarpa  
1590 Devoniana.

1591 Gente, muito obrigada pela paciência, desculpa estourar os dois minutos.  
1592 (Palmas).

1593 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado.  
1594 Apenas gostaria de convidá-la, nos próximos dias este assunto do *fracking* a gente  
1595 precisa realmente aprofundar. Eu gostaria de atendê-la, juntamente com o ITCG e o  
1596 nosso departamento jurídico da SEMA, para que a gente possa ter um conhecimento  
1597 mais profundo sobre esse tema que realmente é bem relevante. Carlos Mendes, por  
1598 favor.

1599 A Sra. Maude Nancy Joslin-Motta:- Todo o nosso corpo técnico e jurídico está à  
1600 inteira disposição da Secretaria.

1601 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Antônio Carlos  
1602 Bonetti (SEMA):- Ok. Obrigado.

1603 O Sr. Conselheiro Carlos José Mendes (APRE):- Sr. Secretário, obrigado pelo  
1604 espaço. Sobre o tema da APA da Escarpa Devoniana, queria fazer algumas  
1605 considerações. Como é de conhecimento de todos, o setor florestal do Estado do Paraná  
1606 possui cerca de um milhão e cem mil hectares de floresta plantada. A APA representa  
1607 uma boa parte desse recurso. E também, para cada cem hectares de floresta plantada que  
1608 este setor tem, também tem oitenta hectares de área de conservação. É o maior ativo de  
1609 conservação do Estado do Paraná. Se a gente lembrar que o Parque Nacional do Iguaçu  
1610 tem cento e oitenta e cinco mil hectares, o setor florestal tem perto de oitocentos mil  
1611 hectares de floresta de conservação. O que nos leva a fazer este depoimento sobre a  
1612 Escarpa Devoniana? Não é sobre a Escarpa Devoniana, é sobre áreas de conservação.

1613 Então, o que nós entendemos que o que tem que ser conservado deve ser  
1614 conservado: as nascentes, os monumentos naturais e tudo aquilo que está no Código  
1615 Florestal, que já é muito bem protegido pela APP e reserva legal, para aqueles que têm  
1616 reserva legal.

1617 Mais especificamente sobre a Escarpa Devoniana, foi aberta a possibilidade em  
1618 uma audiência pública e acho que todas as entidades e segmentos da sociedade devem  
1619 comparecer e que nós do setor florestal, apesar de termos algumas áreas de florestas  
1620 plantadas naquele instrumento legal, é o que nós reiteramos, que o que tem que ser  
1621 preservado deve ser preservado. E deve ser feita uma revisão do tamanho da Apa? Deve  
1622 sim, mas que seja de uma forma técnica e que compreenda esta questão da preservação.  
1623 Se essa proposição que está sendo discutida merece e deve ser na Assembleia  
1624 Legislativa e por outras entidades revisada para que alguns outros locais sejam incluídos  
1625 na nova proposta, isso seja feito e não da forma como a gente tem visto na mídia dizer

1626 que vamos destruir tudo. Pelo amor de Deus, esse é um patrimônio natural do Estado e  
1627 o setor florestal, como eu já disse, é responsável pelo maior ativo de  
1628 conservação do Estado e não vê com nenhuma simpatia uma destruição de  
1629 um monumento natural desse.

1630 Então, nós entendemos dessa forma esta questão da APA da Escarpa  
1631 Devoniana assim como os outros monumentos de conservação. Obrigado.

1632 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Antônio Carlos  
1633 Bonetti (SEMA):- Obrigado, Carlos. Sr. Mário? Estou seguindo as inscrições, que  
1634 encerraram na abertura.

1635 O Sr. Conselheiro Mário José Alves Taveira Queiroz (APPAM):- Mário da  
1636 APPAM, somos da região metropolitana de Curitiba, da Associação Paranaense de  
1637 Preservação do Rio Iguaçu e dos mananciais da Serra do Mar. Nós temos estudado todas  
1638 as questões de inundações, alagamentos e cheias na região metropolitana de Curitiba e  
1639 temos verificado que essas questões se agravam na região metropolitana de Curitiba,  
1640 apesar dos investimentos todos realizados em canais, em toda a drenagem urbana e  
1641 ligando a carência do próprio Estado em seus elementos técnicos, seus técnicos de  
1642 trabalharem dentro dessa área.

1643 Então, uma questão importante são todas as ligações que ocorrem desses  
1644 alagamentos, cheias e inundações e ligações com o próprio Estado do Paraná, outorgas  
1645 autorizando canalizações pluviais, que deveriam ser apenas pluvial e com a canalização  
1646 de rios urbanos e transgressões grande de adensamento dentro das bacias que fazem  
1647 com que cada vez tenhamos maiores alagamentos.

1648 Outro, sendo bem enxuto no que eu vou colocar, é muito importante que  
1649 tenhamos, gostei muito da reunião de hoje desta questão de estarmos discutindo vários  
1650 temas, a Maude falando sobre o *fracking*, é um assunto muito grande, muito enorme,  
1651 para se trabalhar e entrar com drenagem urbana, mas são assuntos da região  
1652 metropolitana de Curitiba. A questão de chuvas, não ainda com grande impactos como  
1653 ocorreram em 1983 e 1995, chuvas contínuas, de repetição grande, com mais de  
1654 trezentos milímetros nesse período, portanto, com um tempo de retorno maior. Nós já  
1655 estamos com grandes alagamentos desde 1999, 2003, 2010, 2011 e 2014 na região  
1656 metropolitana de Curitiba e essas enchentes não foram grandes. Então, nós estamos  
1657 sujeitos, e espero que isso não aconteça, a situações maiores de atingimento à sociedade  
1658 como um todo em nível econômico e social.

1659 Então, a APPAM tem trabalhado com esse estudo dentro da organização da  
1660 sociedade civil, estamos levantando sempre esse quadro e alguns elementos já foram



1661 inundados na Maria Antonieta que, por sinal, é um local em Pinhais que é naturalmente  
1662 inundável, continua ainda com densidade sendo permitida, mesmo nesse município que  
1663 a gente acabou de elogiar aqui dentro do Conselho. É o meu município, eu sei da  
1664 realidade.

1665 O Alphaville Graciosa tem toda aquela infraestrutura maravilhosa, de primeiro  
1666 mundo, só que canalizou também rios urbanos da Bacia do Palmital. Então, esses rios  
1667 continuam sendo canalizados e autorizados aos nossos olhos. Piraquara, que eu fiz a  
1668 parte de drenagem urbana, continua claramente canalizando rios urbanos e eles que  
1669 causam esses alagamentos no meio urbano. É a grande causa, claro, tem as densidades  
1670 que eu já coloquei.

1671 Esse assunto é muito amplo, esse assunto é para uma Câmara Técnica, é assunto  
1672 para ser discutido com o Águas Paraná e eu estou fazendo literalmente uma síntese  
1673 disso. Então, as frequências das enchentes continuam maiores, estão cada vez mais  
1674 seguidas em pequenos locais onde as drenagens ainda funcionam de “envia para baixo e  
1675 Deus soluciona o resto”.

1676 Então, temos toda uma concepção, um Plano Diretor de Drenagem desde 2002  
1677 em Curitiba feita pela antiga Suderhsa, agora Águas do Paraná, e que não é levado em  
1678 conta pela maioria dos municípios. Podemos ter exceções, mas são exceçõezinhas  
1679 dentro desse quadro da região metropolitana de Curitiba. Então, eu me coloco à  
1680 disposição para participar desta Câmara Técnica com elementos importantes aqui da  
1681 Câmara e a questão: “Ah, os municípios sempre trabalham com o desassoreamento de  
1682 rios!” Existe pressão da sociedade sempre para resolver com desassoreamento, mas  
1683 dentro do próprio Plano Diretor de Drenagem coloca claramente que para ter  
1684 desassoreamento tem que ter uma bacia de detenção a jusante na baixada. E isso não  
1685 tem. Tem loteamentos, lotes esperando esse aguaceiro, por exemplo, como o Rio  
1686 Palmital e o Jardim Tropical em Piraquara que tudo vai para lá e inunda  
1687 sistematicamente esse loteamento.

1688 Eu aqui concludo, tem mais um assunto importante, e aqui está a Patrícia  
1689 representante, a Laura foi embora, e aqui está a Marguet também do meu lado, nós  
1690 caminhamos lá na APA do Uraí, ao qual nós estamos desde as representações iniciais  
1691 dessa CAT do Uraí, a Câmara de Apoio Técnico às ações do Instituto Ambiental do  
1692 Paraná, é a caminhada para termos um Conselho. Mas eu vejo agora com a alçada até de  
1693 Comitê de Recursos Hídricos, e já temos a caminhada, a Patrícia aqui é a representante  
1694 do Comitê Popular do Rio das Pombas, então pequenos comitês. Mas se estabelecer, é  
1695 uma proposta, dentro da CAT do Uraí e do Passaúna, que são exemplos antigos de

1696 trabalho com Conselheiros, que se tenha esse comitê estabelecido para que se tenha  
1697 maior eficiência e maiores recursos para que tenhamos cada vez mais estímulo dentro  
1698 das bacias, apesar que temos grande participação ainda, mesmo sem esse estímulo de  
1699 sermos deliberativos, independente das ações do Estado do Paraná.

1700 Concluo assim, Sr. Secretário, e a gente continua conversando, sempre  
1701 sobre drenagem e manejo das águas pluviais.

1702 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Muito obrigado.  
1703 Só quero lembrar que eu resido inclusive em uma cidade que tudo o mundo conhece que  
1704 é referência negativa no Paraná em relação a alagamentos, que é Francisco Beltrão.  
1705 Conheço esse problema, fui Secretário de Urbanismo nesta cidade e realmente é  
1706 complexo este tema.

1707 Com a palavra, Conselheiro Helder.

1708 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Eu pedi a palavra  
1709 para tratar do assunto do concurso para o Sistema SEMA. Então, queria  
1710 deixar uma proposta aqui, gostaria que, se fosse possível, entrasse em votação e, caso  
1711 passasse, virasse um encaminhamento. Acho importante, como o Adriano colocou no  
1712 começo, de a cada fala discutirmos se tem encaminhamento dessa fala ou não, porque  
1713 senão a gente acaba falando, falando e não tem encaminhamento nenhum quase no final  
1714 da reunião. Então, eu queria colocar uma proposta de moção ao governador do Estado  
1715 do Paraná solicitando, com a maior brevidade possível, a realização de concurso para o  
1716 Sistema SEMA, especificamente para o IAP. E isso visa tanto o desenvolvimento do  
1717 Estado, termos uma maior velocidade para processo de licenciamento, uma melhor  
1718 capacidade de planejamento e zoneamento ambiental, inclusive uma valorização do  
1719 Sistema SEMA dentro do Paraná, que hoje vemos muito desvalorizado,  
1720 muito esquecido dentro do Estado.

1721 Então, gostaria que o Secretário colocasse essa moção em votação para que, se  
1722 deliberado positivamente, a gente encaminhe ao Governo do Estado. É só  
1723 complementando ao que o Mário colocou, acho importante levantar esta questão de  
1724 drenagem urbana, é uma questão pouco falada mesmo e vai muito no sentido que a  
1725 gente já conversou, né Secretário, sobre a Política Estadual de Saneamento do Estado e  
1726 o Plano Estadual de Saneamento. Então, isso vai muito ao encontro desta questão, acho  
1727 importante, isso está parado dentro do SEMA e devemos dar um encaminhamento o  
1728 mais breve possível.

1729 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Obrigado,  
1730 Helder. Eu já coloco em votação a proposta de encaminhamento de uma moção ao

1731 senhor governador, solicitando atenção especial em relação ao concurso público  
1732 principalmente ao IAP. Quem for a favor à proposta do Helder de fazermos este  
1733 encaminhamento fica como está. (Pausa). APROVADA a moção. O João depois orienta  
1734 o encaminhamento técnico em relação à sua sugestão.

1735 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Obrigado, Secretário,  
1736 obrigado aos demais Conselheiros que aprovaram esta moção.

1737 O Sr. Secretário Executivo:- Rapidamente, Helder, só para dar o  
1738 encaminhamento, para não perdermos o fio da meada, você monta a moção e passamos  
1739 ao pessoal do jurídico para dar os finalmentes.

1740 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Inclusive, na  
1741 sequência, a gente convida, cria um grupo de apoio para que essa entrega não seja feita  
1742 apenas pelo Secretário, mas sim valorizada a entrega. Na sequência, Francisco.

1743 O Sr. Conselheiro Francisco Reinord Essert (GERAR):- Nós estamos estreando  
1744 aqui hoje como titulares do Conselho, participávamos anteriormente como suplentes,  
1745 dizer da nossa satisfação em poder participar aqui. A GERAR é uma instituição sem fins  
1746 lucrativos e representa a Fundação Roberto Marinho aqui no Estado do Paraná e a gente  
1747 já executou uma série de projetos ambientais, sociais, inclusive temos problemas de  
1748 aprendizagem, de estágio e na transversalidade a gente trabalha muito a educação  
1749 ambiental. Agradecer as outras organizações sociais, as outras ONGs por terem votado  
1750 na GERAR, fomos a instituição mais votada, isso nos deixa muito lisonjeados, mas  
1751 também nos traz uma grande responsabilidade.

1752 Com toda esta experiência de projetos ambientais que a gente já executou de fato  
1753 em nível de campo, acho que esta experiência pode contribuir muito para o Conselho,  
1754 para encaminhar políticas inclusive nas Câmaras Temáticas onde participamos.

1755 A exemplo do que já executamos, tomei a liberdade, Secretário, de na saída as  
1756 nossas recepcionistas estão entregando um livro sobre um projeto Faxinais que a gente  
1757 recentemente concluiu aqui em Mandirituba e Quitandinha, e resgatou não só a cultura  
1758 faxinalense mas trabalhou muito a questão educacional e de recomposição. Então, o  
1759 exemplo de trabalho que nós realizamos pode ser visto nesse livro e nesse CD.

1760 Concluindo, Secretário, tomo a liberdade aqui de parabenizar todas as mulheres  
1761 que compõem o Conselho, também as nossas moças que nos dão a assessoria,  
1762 parabenizar antecipadamente pelo Dia Internacional da Mulher no dia de amanhã.

1763 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- OK. Vamos aplaudi-  
1764 las. Bem lembrado, merecida homenagem. Obrigado.

1765 O penúltimo inscrito, Juliano.

1766 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (ABAI):- Venho fazer algumas  
1767 propostas de encaminhamento. Para quem não me conhece, sou engenheiro, já passei  
1768 pelo Conama, CNRH e Conselhos Municipais e também Conselhos Internacionais.  
1769 Depois de longa data estou de volta a este Conselho para dar algumas contribuições  
1770 emergenciais. Muitos assuntos aqui foram discutidos, e nós temos algumas propostas de  
1771 encaminhamento.

1772 Uma, que este Conselho aprove uma moção de apoio ao Governador Beto Richa  
1773 e à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para a manutenção do veto do Artigo  
1774 3º, da Lei 18.947/2006, publicado no Diário Oficial 9.849. A importância disso,  
1775 senhores, a nossa organização, a COESUS - Coalização Não Fracking Brasil, tem mais  
1776 de trezentas organizações, sindicatos rurais, patronais de trabalhadores, ONGs  
1777 Climáticas, ONGs Ambientistas, universidades e instituições de pesquisa. Faço aqui a  
1778 voz desta organização, por ser fundador dela. Hoje é um movimento multissetorial mais  
1779 firme e forte deste Estado, enquanto representação, porque já passamos neste Estado em  
1780 duzentas e cinquenta e quatro cidades realizando audiências públicas e aprovando leis  
1781 municipais que visam a proibição naquilo que tange o exercício da federação, portanto,  
1782 com a aplicação do Estatuto das Cidades, ao que cabe ao município: 1) de restringir o  
1783 acesso de caminhões nas vias públicas municipais que transportem equipamentos ou  
1784 façam atividades inerentes ao fraturamento hidráulico; 2) que haja emissão de alvarás a  
1785 esse setor de exploração e mineração. Vamos lembrar a todos, duzentos e cinquenta e  
1786 quatro cidades significa que mais de dois terços deste Estado e dos seus representantes  
1787 legais já disseram não de forma definitiva. É muito importante a gente frisar isso, sob o  
1788 aspecto de representação e daquilo que vem sim sendo feito ao longo desses três anos e  
1789 meio de uma ação não só no Estado do Paraná como no Brasil. O próprio Fórum  
1790 Brasileiro de Mudanças Climáticas diz claramente, os especialistas, que temos hoje a  
1791 maior campanha climática deste país.

1792 E o segundo pedido de encaminhamento a este Conselho, é uma moção de  
1793 parabenização a todas as Câmaras Municipais que aprovaram as leis municipais que  
1794 banem o fraturamento hidráulico de seus municípios. Vamos lembrar aos senhores, são  
1795 duzentos e cinquenta e quatro municípios dos trezentos e noventa e nove.

1796 Terceiro pedido de encaminhamento, Sr. Presidente, que seja realizada a abertura  
1797 de uma Câmara Técnica ou os estudos que viabilize a abertura de uma Câmara Técnica  
1798 de Mudanças Climáticas, riscos climáticos e a adaptação climática. Temos que lembrar  
1799 aos senhores que hoje nós temos meio bilhão de seres humanos como refugiados  
1800 climáticos do nosso Planeta. Por estar o Estado do Paraná numa faixa de risco sob o

1801 aspecto tanto de falta de recurso hídrico quanto do seu excesso enquanto risco, cabe a  
1802 este Conselho a abertura de uma Câmara Técnica específica, a gente faz o  
1803 encaminhamento nesse sentido, nessa proposta para que todas as organizações e vamos  
1804 lembrar, as cidades são as primeiras que são atingidas, a nossa população é severamente  
1805 atingida e cabe a este Conselho a aprovação desta Câmara Técnica, como mais uma  
1806 medida de acompanhamento de proposta de uma política pública de mudanças e riscos  
1807 climáticos.

1808 Por último, vamos lembrar aos senhores, enquanto pesquisa sísmica, a Dra.  
1809 Maude e outros técnicos e pessoas que nos conhecem sabe que essa pesquisa sísmica  
1810 realizada no Estado do Paraná pela empresa contratada pela Agência Nacional do  
1811 Petróleo, ainda em 2015, ainda no Governo Dilma, diz o seguinte: foi feita uma  
1812 licitação, pagaram cento e quinze milhões de reais para que se realizasse essa pesquisa,  
1813 essa pesquisa não constou de licenciamento ambiental, a ANP e essa empresa  
1814 terceirizada usa do artifício de “não causo o dano, se não causo dano não preciso  
1815 licenciar”. O dano já foi comprovado por diversos municípios, inclusive pela Defesa  
1816 Civil, incluindo infraestrutura pública estadual de pontes na região, por exemplo, de  
1817 Pato Branco, Francisco Beltrão e Campo Mourão.

1818 Eu sou um engenheiro mecatrônico, especialista em meio ambiente. Nosso  
1819 quadro técnico foi pessoalmente fazer esse levantamento. Hoje mesmo, ontem mesmo,  
1820 nós aprovamos esta legislação em mais três municípios, para vocês verem a gravidade.  
1821 E a gravidade é, exemplo, na região de Assaí, na região de Cornélio, mais trinta e nove  
1822 casas onde engenheiros civis e arquitetos comprovam que, após a passagem desses  
1823 caminhões vibradores, houve dano físico às suas residências, a casa está rachada. Para  
1824 os Conselheiros que quiserem ver, essas fotos e vídeos estão à disposição.

1825 Então, veja, Sr. Secretário, peço ao senhor encarecidamente um ato que vai ao  
1826 encontro ao pedido desses onze milhões de paranaenses dessas centenas de cidades. Nós  
1827 não queremos mais a aquisição sísmica para que gere qualquer tipo de informação que  
1828 possa usada hoje ou no futuro para qualquer tipo de leilão dessa agência. Para o senhor  
1829 ter uma ideia, hoje quase sessenta e cinco mil agricultores da Argentina padecem de  
1830 miséria, porque não podem vender os seus produtos porque os importadores dizem: “Eu  
1831 não compro mais alimento algum que seja produzido até oitenta quilômetros de uma  
1832 torre de gás de xisto!” Por conseguinte, se isso viesse a acontecer no nosso Estado, nós  
1833 colocaríamos em calamidade econômica e calamidade ambiental, haja visto que temos  
1834 dois aquíferos principais que abastecem 42% da nossa população, que é o Serra Geral e  
1835 o Guarani.

1836 Então, senhores, fizemos aqui alguns encaminhamentos de moção, o  
1837 principalmente deles é que provavelmente, amanhã ou depois de amanhã, a Assembleia  
1838 estará votando o veto do governador, porque houve uma intensa mobilização da  
1839 sociedade civil, de ONGs Climático-Ambientalistas, do setor produtivo e das Câmaras.  
1840 Portanto, estamos falando aqui na voz e na representação dessas pessoas. E pedimos ao  
1841 senhor, Presidente, enquanto Presidente deste Conselho e também para o Sr. Secretário  
1842 que não tenhamos mais mora, mora. Desde que a lei foi aprovada a atividade desta  
1843 empresa é criminosa e toda a informação que ela adquiriu a partir desse dia deve ser  
1844 requerida pela Procuradoria do IAP, da SEMA, do Estado ou de quem for, e não seja  
1845 usada, porque ela foi adquirida ilegalmente e trouxe dano ambiental, dano patrimonial e  
1846 dano público. Por conseguinte, tenho certeza que os senhores Conselheiros, peço a  
1847 todos e a todas que aprovelem essas moções e tenha a celeridade da qual necessitamos.  
1848 Obrigado, Sr. Presidente.

1849 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Muito obrigado.  
1850 Antes de o João fazer o esclarecimento para o encaminhamento, só queria registrar a  
1851 presença do Rubel - Coordenador da SEMA de Mudanças Climáticas, que foi citada  
1852 inclusive aqui a sugestão da criação da Câmara de Mudanças Climáticas aqui na SEMA.

1853 João, por favor. Como podemos encaminhar esta questão de acordo com o  
1854 regulamento?

1855 O Sr. Secretário Executivo:- De acordo com o nosso Regimento Interno, Artigo  
1856 46: “As moções são de iniciativa exclusiva dos Conselheiros e podem ser propostas por  
1857 escrito ou oralmente em qualquer reunião plenária no momento oportuno.”

1858 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (ABAI):- Neste momento estou  
1859 como Conselheiro, até porque são quatro representantes, faço o atendimento legal disso.

1860 O Sr. Secretário Executivo:- Sem problema nenhum. As moções independem da  
1861 apreciação das Câmaras Temáticas, devendo ser votadas na reunião plenária em que for  
1862 tempestivamente apresentada, que é o caso. Ou não havendo quórum ou tempo hábil  
1863 para fazê-lo, na reunião plenária subsequente. Este é o artigo, Artigo 46, Parágrafo 1º,  
1864 que fala sobre a apresentação e deliberação de moções.

1865 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Concluo que  
1866 podemos, então, colocar em votação. Temos quórum? (Pausa). Porque são dois  
1867 encaminhamentos, não há polêmica, não há dúvidas, acho que todos nós concordamos,  
1868 então acho que facilita. Se houvesse polêmica teríamos que aprofundar um pouquinho  
1869 mais. Então, coloco em votação. Os favoráveis permaneçam como estão. (Pausa).

1870 Com a palavra, Conselheiro Helder.

1871 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Houve uma lei, esta lei foi  
1872 trabalhada ao longo dos últimos três anos e meio, ela pretende realizar a suspensão por  
1873 dez anos da atividade da exploração do folheio de xisto, através da técnica minerária  
1874 exploratória por fratura hidráulica que consome trinta e cinco milhões de litros de  
1875 água...

1876 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- A favor do veto do  
1877 Artigo 3º.

1878 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (ABAI):- A lei já está aprovada,  
1879 estamos a favor do veto. Obrigado.

1880 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Perfeito. Não  
1881 ficou dúvida? (Pausa). Não. Ok. APROVADA.

1882 O Sr. Secretário Executivo:- Com o mesmo pedido feito ao Helder, que o Juliano  
1883 elaborasse a redação da moção e encaminhasse ao CEMA para darmos o  
1884 prosseguimento.

1885 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Inclusive as  
1886 observações, como a Assembleia vai apreciar o veto amanhã ou depois, você precisará  
1887 trabalhar esta noite.

1888 Com a palavra o Temístocles.

1889 O Sr. Conselheiro Temístocles Santos Vital (SindiSeab):- Meu assunto é breve,  
1890 eu tinha para falar seis itens, alguns já foram falado antes, então vou ficar só em um.  
1891 Estou propondo que este plenário, nas próximas reuniões, analise a possibilidade da  
1892 criação da Câmara Temática de Recursos Aquáticos. Por que isso? Nós temos três meios  
1893 principais: ar, terra e água. Existe o equilíbrio de gases entre o ar e a água, a química  
1894 fala disso. Tem-se muito gás carbônico na atmosfera, por difusão esse gás carbônico vai  
1895 para as águas e isso acidifica as águas. E se acidifica as águas, o PH baixa e fica mais  
1896 ácido e isso interfere na reprodução das espécies aquáticas diretamente. Esse é um dos  
1897 motivos do empobrecimento dos mares quanto a recursos aquáticos vivos. Em linhas  
1898 gerais seria essa a justificativa.

1899 Com o avançado da hora, vou fazer um arrazoado mais aprofundado para a  
1900 Secretaria do Conselho sobre a criação desta Câmara Temática. É isso.

1901 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Muito obrigado.

1902 O Sr. Secretário Executivo:- Da mesma forma, esclarecendo com relação à  
1903 solicitação da criação da Câmara Temática de Mudanças Climáticas, isso tudo envolve a  
1904 alteração do nosso Regimento Interno e necessita de um procedimento formal de análise  
1905 tanto no aspecto técnico como no aspecto operacional de funcionamento do Conselho e

1906 depois uma deliberação futura. Então, isso ainda tem que ser processado internamente  
1907 dentro do Conselho.

1908 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Hoje apenas a  
1909 citação na Ata e nós, na sequência, providenciaremos o encaminhamento. Ok. Juliano,  
1910 você já teve uma explicação sobre a questão da criação da Câmara Temática de  
1911 Mudanças Climáticas.

1912 A senhora não estava inscrita no início, fez a solicitação agora e como a  
1913 democracia neste Conselho é a essência, por favor.

1914 A Sra. Conselheira (não se identificou):- Muito obrigada, então, pela  
1915 excepcionalidade.

1916 Infelizmente o Sr. Carlos já saiu, mas eu acho que é importante o que  
1917 eu tenho a falar, porque assim fica registrado em Ata. Ele falou do posicionamento a  
1918 favor da reavaliação do perímetro da APA em função das áreas de reflorestamento e  
1919 todos já falaram aqui. A APA não é uma unidade de conservação de proteção integral, a  
1920 Maude ainda falou, é um instrumento de zoneamento e muito mais, é um instrumento de  
1921 desenvolvimento sustentável, por isso mesmo ela não é contra o reflorestamento.

1922 O slide que o Professor Henrique passou mostrou a mudança nos vinte e  
1923 cinco anos, infelizmente os reflorestamentos, as monoculturas avançaram sobre áreas  
1924 que foram reconhecidas como de proteção e não era esse o propósito do Conselho e nem  
1925 da gestão da APA de revogar todo esse avanço. E se vamos discutir a APA mais para a  
1926 frente, eu entendi que é na próxima reunião já, o João Batista trabalhou muito na  
1927 questão dos campos e ele sabe muito bem onde a APA avançou, ela avançou, mas hoje o  
1928 que tem de remanescente de campo nativo não é pela APA que não se pode avançar, é  
1929 pela Lei da Mata Atlântica.

1930 A APRE era nossa parceira no Conselho Gestor da APA da Escarpa Devoniana  
1931 no sentido de trabalhar o controle e a erradicação de pinus, porque o campo sim é  
1932 ameaçado por conta não do avanço do reflorestamento, mas por conta da dispersão  
1933 espontânea do pinus. E, sobretudo, a APA quando a gente diz que é um instrumento de  
1934 desenvolvimento sustentável, sobretudo, é um instrumento de gestão participativa. E  
1935 isso que é importante na APA, não é só todo o arrazoado que já falaram, mas também o  
1936 ICMS Ecológico e, sobretudo, se ter uma zona de gestão participativa que se faz por  
1937 meio do Conselho, e todo o mundo já falou também da importância do Conselho. Quer  
1938 dizer, nós temos municípios, setores e segmentos produtivos participando deste  
1939 Conselho, a hora que a gente reduzir isso, são todos aqueles cidadãos desses municípios  
1940 que deixarão de ter uma instância de participação.



1941 E lembrando que a APRE era super parceira nesse controle, e por quê? Porque é  
1942 interessante para eles. Eles trabalham com certificação florestal, para eles é muito  
1943 importante que tenham um programa e este programa é a APA com essa capacidade de  
1944 articulação de todos os setores de toda essa região que vai dar conta. A gente tem hoje  
1945 os campos extremamente ameaçados. Como nós vamos lidar com isso? Nós vamos  
1946 deixar o pinus avançar e a gente vai se perder, e mesmo os próprios reflorestamentos  
1947 vão perder a nota na certificação? São várias coisas que temos a refletir, mas  
1948 principalmente que ninguém estava indo contra os reflorestamentos e sim estavam  
1949 sendo muito parceiros. E isso é um dos grandes desafios da Câmara de Silvicultura que  
1950 foi criada com o Conselho Gestor da APA da Escarpa. Infelizmente é muito recente, é  
1951 uma criação de 2013, infelizmente o IAP demorou muito a criar. Parece que na hora que  
1952 a gente cria as coisas são fadadas a acabar. A gente tem certeza que isso vai continuar. A  
1953 Gislene participou de todo o processo também de reavaliação do perímetro. Acho que  
1954 temos muito mais coisas para discutir, coisas muito ricas para discutirmos para frente.

1955 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente:- Ok. Muito obrigado  
1956 pela contribuição. Eu também, antes de encerrar, quero registrar que a Sueli -  
1957 Coordenadora de Biodiversidade e Floresta, está aqui desde o início da reunião. Muito  
1958 obrigado pela participação. Enaltecer o trabalho maravilhoso do nosso Secretário  
1959 Executivo que realmente ele é, para o Conselho, o braço direito, esquerdo e mais  
1960 algumas coisas importantes no aspecto do apoio. Muito obrigado pela participação de  
1961 todos, realmente tivemos aqui uma tarde de ... Ah, então na próxima reunião  
1962 concederemos dez minutos para ele fazer o relatório da caminhada. Ok. Muito bem  
1963 lembrado, obrigado. Muito obrigado mais uma vez e até a próxima oportunidade. Um  
1964 abraço a todos. (Palmas).

1965 Encaminhamentos solicitados pelo Conselheiro Adriano Wild e assentidos pela  
1966 Secretaria:

1967 1) Conselheiro Adriano Wild, que faz referência sobre a Ata da 96ª reunião  
1968 ordinária, quanto ao desfecho: “Na Ata não consta uma finalização ou uma aprovação  
1969 geral desta resolução. Então, eu, particularmente, fiquei na dúvida, porque eu li  
1970 praticamente todas as indicações feitas, os comentários dos Conselheiros, e não teve um  
1971 fecho. Faltou este fecho que vou ler aqui, na linha mil, quinhentos e oitenta e dois, diz:  
1972 “O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (Crea/PR):- Nós deixamos alguns ‘porém’ no  
1973 meio com relação a questão do IAP determinar a metodologia. Então, não sei se vale  
1974 alguma coisa, a resolução está em vigor, mas não é ainda executável antes de ter a  
1975 definição de metodologia pelo IAP. Então, não sei se vale alguma colocação neste

1976 sentido ou não. Se juridicamente isso tem alguma implicação ou não.” E aí, na linha  
1977 mil, quinhentos e oitenta e oito a Fernanda, apresentadora na ocasião, diz: “Acho que  
1978 juridicamente não.” E aí, passa para a linha seguinte, diz o Presidente: “Vamos passar  
1979 para o item seguinte.” Temos a dizer que a Ata foi transcrita com fidelidade, realmente  
1980 não havendo um fecho.

1981 2) Conselheira Laura de Jesus Moura e Costa solicita aprofundamento no debate  
1982 sobre a Política de PCH do Estado em relação às bacias hidrográficas e da APA da  
1983 Escarpa Devoniana o quanto antes, para que não seja atropelado pelas decisões da  
1984 Assembleia Legislativa.

1985 3) Conselheiro Juliano Bueno de Araújo, solicita abertura de Câmara Temática  
1986 de Mudanças Climáticas: riscos climáticos e a adaptação climática.

1987 4) Conselheiro Temístocles Santos Vital, solicita criação da Câmara Temática de  
1988 Recursos Aquáticos.